

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO**

**O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUAS
IMPLICAÇÕES NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Vera Lúcia Brites Jacques

**Santa Maria, RS, Brasil
2007**

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

por

Vera Lúcia Brites Jacques

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Pensamento Político Brasileiro, Área de Concentração em
Pensamento Político Brasileiro, da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro.

Orientador: Prof. Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira

**Santa Maria, RS, Brasil
2007**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO
EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

elaborada por
Vera Lúcia Brites Jacques

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

COMISSÃO EXAMINADORA

Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira, Prof. Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maria Arleth Pereira, Prof^a. Dr^a. (UFSM)

Reginaldo Teixeira Perez, Prof. Dr. (UFSM)

Santa Maria, 23 de março de 2007.

AGRADECIMENTO

Meu sincero agradecimento ao Professor Doutor Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira, meu orientador, cujo estímulo, dedicação e competência foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

AUTORA: VERA LÚCIA BRITES JACQUES
ORIENTADOR: HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA
Santa Maria, 23 de março de 2007

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações entre o atual processo de globalização e a construção da cidadania, buscando responder ao seguinte questionamento: Quais as implicações das contradições do processo atual da globalização na construção e exercício da cidadania? O processo de globalização ganhou força e se espalhou pelo mundo a partir da década de 80 com a revolução tecnológica e informacional. Desde então, a penetração do capital rompeu fronteiras geográficas, culturais, econômicas e sociais. O Estado-nação perdeu força e todos os países tornaram-se dependentes do capital internacional em seus processos produtivos e comerciais. Mas as consequências dessa nova ordem mundial vão muito além do mundo dos negócios, ou seja, criou-se um novo “tempoespaçocibernético” onde a velocidade, a mobilidade, a obsolescência e o alto consumo são os valores preponderantes. O mundo se transformou muito rapidamente e o homem nem sempre esteve preparado para essa nova lógica. Em consequência, surgiram enormes problemas sociais, cujo enfrentamento estava longe da esfera tradicional. Eram novos paradigmas em um mundo de contradições. Ao mesmo tempo em que se produziram facilidades para o homem moderno, aumentou o abismo entre as classes sociais, o desemprego e a violência urbana. Neste trabalho, reflito sobre a forma de enfrentar essas questões, sem depender dos instrumentos tradicionais de proteção social, já bastante enfraquecidos. Avalio que, o enfrentamento passa pela percepção de que o cidadão é o centro de poder e agente de mudanças, as quais só podem se efetivar através de um cidadão autônomo, reflexivo e aberto ao diálogo. Esse é o princípio da nova cidadania, representada pelos movimentos sociais e que tem como fundamento, a solidariedade social entre seus membros.

Palavras-chave: globalização; contradições; tempoespaço; cidadania.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

(THE PROCESS OF GLOBALIZATION AND ITS IMPLICATIONS IN THE EXERCISE OF THE
CITIZENSHIP)

AUTHOR: VERA LÚCIA BRITES JACQUES
ADVISOR: HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA
Santa Maria, 23 de março de 2007

This work has for objective to analyze the relations between the current process of globalization and the construction of the citizenship, searching to answer to the following questioning: Which are the implications of the current globalization process in the construction and exercise of the citizenship? The globalization process gained force and spread for the world from the decade of 80 with the technological and informational revolution. Since then, the penetration of the capital breached geographic, cultural, economic and social borders. The State-nation lost force and all the countries had become dependents of the international capital in its productive and commercial processes. But the consequences of this new world-wide order go very beyond the world of business, so, it created a new "cybernetic time space" where the speed, mobility, the obsolescence and the high consumption are the preponderant values. The world transformed itself very quickly and the man are not always was prepared for this new logic. In consequence, enormous social problems had appeared whose confrontation was far of the traditional sphere. They were new paradigms in a world of contradictions. At the same time were if they had produced easiness's for the modern man, it increased the abyss between the social classrooms, the unemployment and the urban violence. In this work, I reflect on the form to face these questions, without depending on the traditional instruments of social protection, already sufficiently weakened. I evaluate that, the confrontation passes for perception that the citizen is the center of power and an agent of changes, which can only be accomplished through an independent, reflective and opened to the dialogue citizen. This is the principle of the new citizenship, represented by social movements and that it has as bedding, social solidarity between its members.

Keywords: globalization; contradictions; time space; citizenship.

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
INTRODUÇÃO	7
1 GLOBALIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CAPITALISMO GLOBAL	13
2 O NOVO “TEMPO-ESPAÇO” E SEUS OBSTÁCULOS	28
3 DAS CONTRADIÇÕES NASCE A NOVA CIDADANIA	52
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	76
BIBLIOGRAFIA	78

INTRODUÇÃO

Desde seus estágios iniciais, a humanidade esteve sempre em constante evolução. Algumas descobertas abalaram mais a estrutura da sociedade do que outras e foram consideradas verdadeiras revoluções, como é o caso das ferrovias, telégrafo, ou máquinas, como o automóvel e o torno. No entanto, nenhuma se compara à revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas e que impulsionou o processo de globalização.

O que começou como a internacionalização do capital, se intensificou na década de 80, com a disseminação das tecnologias de comunicação e informação. A queda do Muro de Berlim, em 1989, é um ícone desse período de forte penetração do capital, rompendo fronteiras geográficas, econômicas, culturais e sociais. Foi o ápice da reprodução do capital em escala mundial.

O mundo, hoje, é uma engrenagem, onde nenhum país é auto-sustentável. Todos dependem um do outro em seus processos produtivos e comerciais. Em consequência, o Estado-nação perdeu força econômica e política. A nova ordem é comandada pelas instituições financeiras internacionais e organizações transnacionais.

É um novo mundo que funciona com uma nova dinâmica e muito mais do que a esfera econômica, modifica o âmago da sociedade: por onde passa modifica cultura, costumes, expande as novas técnicas científicas e tecnológicas, constrói e destrói mercados e dificulta o controle estatal sobre ele. Surgem novas atividades, enquanto outras se tornam obsoletas. Tanto quanto as empresas, o homem contemporâneo tem que estar preparado para tantas transformações e para as novas exigências, tanto do campo social quanto no profissional.

Pode-se dizer que a revolução tecnológica e informacional criou um novo paradigma de vida, pois modificou completamente duas dimensões fundamentais da vida humana, que até então pareciam intocáveis: o tempo e o espaço. O chamado tempo real não mais pertence ao mundo dos ponteiros do relógio, e o espaço, que já se tornara pequeno com o advento dos meios de comunicação, tornou-se quase inexistente frente à internet.

Essa avalanche de transformações gerou novos paradigmas e contradições. Enquanto a fatia mais desenvolvida da sociedade acompanha as mudanças e se beneficia delas, os menos preparados se afastam cada vez mais e engrossam a fileira dos excluídos. Dessa forma, surgem e se agravam os problemas sociais, como o desemprego, a pobreza, a violência e a exclusão digital.

O enfrentamento dessas questões não é tarefa fácil. Os instrumentos tradicionais de proteção social, como os Estados ou os partidos políticos, estão enfraquecidos e mais voltados para a lógica do mercado. O poder maior está nas mãos do capital internacional que não tem compromisso com as realidades locais, mas sim com o lucro e a economia de resultados.

É dentro desse contexto de enfrentamento de novos paradigmas, com positivities que nem sempre estão ao alcance de todos, e de enfrentamento dos problemas decorrentes dessa nova realidade, que se insere o tema deste trabalho. No decorrer deste estudo busco responder a seguinte questão: Quais as implicações das contradições do processo atual da globalização na construção e exercício da cidadania?

Parto do princípio que, embora as contradições e aspectos negativos do processo afetem de forma mais contundente a vida dos cidadãos e a sua atuação na sociedade, as positivities existem e permitem a busca de novos caminhos, não tradicionais – e não tutelados pelo Estado – para as conquistas sociais. Portanto, não esgoto o tema somente nos aspectos negativos que, obviamente, se sobressaem pelas suas inegáveis conseqüências nos rumos da sociedade.

Diretamente relacionado ao tema está o objetivo geral deste trabalho, que consiste em analisar as relações entre o atual processo de globalização e

a construção da cidadania. Acredito que esse é um processo irreversível e seu enfrentamento, através do exercício da cidadania, é fundamental. Perceber o papel do cidadão como centro de poder e agente de mudanças faz toda a diferença.

A partir do objetivo geral, proponho uma discussão mais pontual, que se efetiva por meio dos objetivos específicos. Em um primeiro momento, busco caracterizar o atual processo de globalização, tendo por base as transformações e/ou evolução do capitalismo, geradoras desse processo. No que pertine às contradições, avalio e questiono até que ponto elas obstaculizam o exercício pleno da cidadania. Por fim, proponho uma reflexão sobre as possibilidades da globalização, através da construção da nova cidadania.

Esses objetivos são desenvolvidos através de uma análise teórica, ancorada nos pensamentos de Zygmunt Baumann, David Harvey, Anthony Giddens e Manoel Castells. Tendo como princípio orientador a categoria da contradição, busquei em Z. Baumann e D. Harvey os fundamentos necessários para a análise das principais problemáticas, resultantes do desenvolvimento do atual processo de globalização.

Para isso, as principais obras utilizadas foram "Globalização: as conseqüências humanas e o mal-estar da pós-modernidade (Z. Baumann), e "A condição pós-moderna" (D. Harvey). Já nas teorias de Anthony Giddens e Manoel Castells, busquei as idéias necessárias para evidenciar algumas possibilidades que aquele mesmo processo apresenta, no que diz respeito à construção da "nova cidadania". Nesse sentido, ressalto "Para além da esquerda e da direita" e "Modernização reflexiva" de Anthony Giddens, bem como "A sociedade em rede" (volume 1) de Manuel Castells.

Alguns aspectos centrais das teorias pesquisadas são ilustrados com dados de pesquisas, divulgados por institutos especializados, bem como por fatos de nossa nova realidade social, publicados em jornais e revistas. Mais do que um reflexo de minha formação em Comunicação Social, acredito que esse procedimento enriquece a discussão teórica.

Essas questões são desenvolvidas em três capítulos. No primeiro, apresento as transformações e a evolução do capitalismo, geradoras do atual processo de globalização. Tendo a década de 80 como ponto de partida, traço uma trajetória da globalização, passando pelos aspectos políticos, sociais e econômicos. Dentro dessa evolução, exponho os fatores impulsionadores do processo, que permitiram que o capitalismo se transformasse em algo muito mais abrangente do que representava nos seus estágios iniciais. Abordo o papel das transnacionais, que se sobressaem às economias nacionais e são as grandes responsáveis pela globalização do capital.

Tem papel preponderante, na análise, o surgimento e expansão das tecnologias informacionais, no final dos anos 80. Ao lado das transnacionais e dos meios de comunicação, a difusão dessas tecnologias são fundamentais na estruturação e disseminação do que hoje se chama de globalização, em cujo contexto se situa este trabalho.

Saliento o estudo da quebra de barreiras temporais e espaciais como fundamental para o entendimento do processo em questão, pois é através da mudança desses dois fundamentos que surgem questões como a volatilidade do capital, o crescimento do setor invisível da economia e a fragmentação do mercado de trabalho. Devido a sua importância, esse tema é recorrente e norteia todas as outras transformações que são estudadas, muitas das quais, conseqüências desses parâmetros que se apresentam ao homem contemporâneo.

Tendo a aceleração tempo-espaco como base de todo o estudo, o segundo capítulo aborda as contradições do processo de globalização que se tornam obstáculos ao exercício da cidadania. Essa “revolução” constrói e reconstrói culturas e civilizações, mas, por onde passa, muda o sentido de tudo. Na velocidade do tempo real, tudo é efêmero, volátil, obsoleto e fragmentado. São muitas as conseqüências desses novos parâmetros. O consumo exagerado – pressionado pela mídia e pelos ditames internacionais – rapidamente torna tudo descartável e desnecessário, inclusive valores e relações pessoais, além de provocar esgotamento e danos à natureza.

Esses novos “valores” nem sempre são absorvidos por todas as camadas sociais da mesma forma e, nesse sentido, é feita uma análise da

intensificação do desemprego, da exclusão social e da própria violência, advinda desses problemas. Neste capítulo, chamo a atenção para a questão da exclusão digital, que provoca ainda mais segregação entre as classes sociais, saliento o fato de que, embora a classe alta seja o padrão invejado por todos, com sua capacidade de mobilidade, ninguém está livre das conseqüências da velocidade acelerada. São cada vez mais freqüentes os distúrbios emocionais de um homem perdido e inseguro.

Como conseqüência do agravamento dos problemas sociais e da falta de capacidade do Estado para resolvê-los, a sociedade busca novas formas de se organizar e agir. As possibilidades de enfrentamento dos problemas gerados pela globalização são abordadas no terceiro capítulo, tendo em vista a aceleração do tempo-espaço e todas as suas conseqüências. Os indivíduos e as comunidades, embora perplexos, percebem que as conquistas sociais só serão possíveis com a sua mobilização e participação. Nesse ponto é que se insere a nova cidadania, cuja construção e exercício evoluem junto ao processo de emancipação e autonomia dos cidadãos.

A análise da nova cidadania baseia-se no fato de que essa é a grande possibilidade que passa pela decisão de cada indivíduo e grupo social. Ela se dá através de uma sociedade organizada, por meio dos movimentos sociais, que se traduzem nas mais diferentes formas e denominações: ONGs, micropolíticas, grupos de auto-ajuda, entre outros. Neste capítulo, saliento os benefícios das novas tecnologias para a organização dos movimentos. Através das redes interativas esses movimentos podem se associar às demandas de outros grupos, geograficamente distantes, e assim ampliar sua força e ganhar solidariedade.

Com base nessa abordagem, destaco a importância deste trabalho a partir do enfoque escolhido para o desenvolvimento do mesmo, ou seja, procurei fugir da simplicidade que, na maioria das vezes, marca as análises sobre o tema da globalização e, dessa forma, não encerro nem afirmo apenas as negatividades, nem tampouco defendo esse processo somente sob uma ótica otimista.

Assim, ao privilegiar a categoria da contradição, procuro contribuir para uma reflexão crítica da globalização, salientando, de um lado, as

problemáticas que entendo como centrais ao meu tema e aos meus objetivos, e, de outro lado, as possibilidades.

No que diz respeito à minha reflexão sobre a temática da "nova cidadania", enfatizo a importância desse debate, devido às relações desse enfoque com questionamentos políticos contemporâneos, que envolvem a questão da participação dos indivíduos, da democracia e da autonomia no processo global, as quais, acredito, precisam ser mais debatidas e aprofundadas.

1 GLOBALIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CAPITALISMO GLOBAL

Metaforicamente, pode-se comparar a globalização, em curso atualmente, com uma grande tempestade, cujos efeitos vão muito além de uma área geográfica restrita. Nenhum país é totalmente auto-sustentável. Todos dependem um do outro através do comércio de produtos manufaturados, de matérias-primas necessárias das indústrias do país e serviços. Com base nisso, a globalização econômica pode ser entendida como um estágio mais avançado do processo de internacionalização econômica, social, cultural e política que está ocorrendo no mundo capitalista, com mais intensidade, desde os anos 80.

A célebre imagem da população quebrando o Muro de Berlim, em 1989, teve conseqüências muito mais extensas do que a representação da derrocada do ideal socialista da época. Junto à massa humana que ultrapassou o Muro, e metaforicamente colocava um fim à Guerra Fria (1946-89), estava o capitalismo, ávido por expandir suas fronteiras econômicas, políticas e tecnológicas, através de inversões, associações de capitais, transferências de tecnologias e outras operações. Segundo Ianni (1995), foi o grande momento de intensificação e generalização dos movimentos e das formas de reprodução do capital em escala mundial.

A fase em curso do capitalismo, conhecida como globalização, de caráter mundial, global ou planetário mudou conforme a época e o jogo das forças do mercado mundial. Não é propósito, deste trabalho, estudar as origens históricas do processo, nosso objeto de estudo são as contradições e possibilidades da globalização, acentuadas a partir da expansão da década de 80. Porém, se faz necessária uma breve explanação da evolução das etapas anteriores do capitalismo globalizado. Até meados do século XIX, predominavam as nações capitalistas mais desenvolvidas. A seguir, até a Primeira Guerra Mundial, dominavam os imperialismos (Londres, Paris, Berlim,

Bruxelas, Amsterdã, Roma, New York, Tóquio).

Com a Segunda Grande Guerra, quando entraram em crise alguns desses imperialismos, os Estados Unidos emergiram como contraponto ao mundo socialista. O mundo se dividiu em dois blocos. Apesar dessa polarização, a globalização seguiu seu rumo. A própria crise do Leste Europeu é uma prova concreta da extensão do capitalismo em curso. Na observação de Ianni (1993, p. 57), essa extensão como “Um processo que havia se intensificado desde o término da Segunda Guerra Mundial, acentua-se com a Guerra Fria, adquire novo ímpeto com a crise do Bloco Soviético”

A agressividade e a ânsia do capital, para ultrapassar as barreiras dos países socialistas, ficaram evidentes em técnicas como, bloqueio econômico, alianças políticas contra países “inimigos” (Estados Unidos e União Soviética na luta contra o nazi-fascismo alemão, italiano e japonês), até propostas de intercâmbio econômico e cultural. Isso mostra que, mesmo antes da Guerra Fria, o capital já se movia e ampliava, e cada vez mais buscava formas de se fazer presente e necessário. Certamente, essa diplomacia enfraqueceu os regimes socialistas e foi responsável pelo seu fim.

Já nos países ditos de “Terceiro Mundo”, onde o capitalismo se expandia durante a Guerra Fria, houve as ondas de desenvolvimento ou milagres econômicos, patrocinados pelo “Primeiro Mundo”, aliado às organizações internacionais. Sabemos que o Brasil não passou incólume. Seduzido e estimulado por essas forças, durante a Ditadura Militar colocou em prática “o Milagre Brasileiro”, um momento de grande desenvolvimento e faraônicas obras que, como herança, deixou dívidas imensas com os organismos internacionais.

Quando teve fim a Guerra Fria surgiram novos mercados, no então “segundo mundo”. Era uma gama interminável de possibilidades e novas necessidades que se abriram a esses países. As sedes das corporações saíram do seu “habitat natural”, os países dominantes, e se espalharam pelo mundo, sob vários aspectos “é como se o mundo todo se tornasse o cenário das forças produtivas, acionadas e generalizadas pelas corporações transnacionais, conjugadas com ou apoiadas pelos governos dos países capitalistas dominantes” (IANNI, 1995, p. 50).

Observa-se que ainda hoje, a Ilha de Cuba, uma das raras Repúblicas Socialistas, sustentada com “braço de ferro” pelo líder Fidel Castro, há cerca de meio século, é a menina dos olhos dos Estados Unidos, que aguarda qualquer sinal de enfraquecimento do regime para lançar seu domínio capitalista sobre a Ilha. Outros países da América Latina, alinhados à esquerda ou centro-esquerda, são obrigados a fazer concessões constantes ao capital e aos organismos internacionais, em prejuízo ao seu ideário.

Enquanto se desenvolvia a Guerra Fria no Bloco Soviético, em outros continentes o capitalismo se expandia e adquiria contornos mundiais. Entre esses aspectos estava a nova divisão internacional do trabalho, a flexibilização dos processos produtivos, as empresas, corporações e as transnacionais¹ que se sobressaíam sobre as economias nacionais, foi a arrancada da globalização do capital. Nesse aspecto, faz-se necessária uma distinção conceitual entre globalização do capital ou economia global e internacionalização do capital ou economia mundial. O marco diferencial, para Castells (2003), é o surgimento e expansão das tecnologias informacionais, as quais têm importância fundamental na economia que se tornou economia global, com capacidade de funcionar em tempo real, em escala planetária. Segundo o autor:

foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infra-estrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e com uma ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da

¹ Segundo Castells (2003, p. 250), a maior parte da literatura dos últimos 20 anos dá a impressão de que a empresa multinacional, com sua estrutura divisional centralizada, era a expressão organizacional da nova economia global. Porém, há autores que consideravam as novas empresas verdadeiras transnacionais, cujas visões, interesses e compromissos superam qualquer país em particular, independentemente de sua origem histórica. Para Castells (2003), esses dois pontos de vista estão ultrapassados e devem ser substituídos pelo surgimento das redes internacionais de empresas e de subunidades empresariais, como forma organizacional básica da economia informacional/global. Para Ernest (citado por CASTELLS, 2003), a formação dessas redes não implica o fim da empresa multinacional, o autor crê que as redes são centradas em uma grande multinacional ou são formadas com base em alianças e cooperação entre essas empresas. Contudo as redes, formadas por empresas multinacionais transcendem fronteiras, identidades e interesses nacionais. A hipótese levantada por Giddens (1996, p. 250) “[...] é que, conforme o processo de globalização progride, as formas organizacionais evoluem de empresas multinacionais a redes internacionais, na verdade passando por cima das chamadas ‘transnacionais’ [...]”. As multinacionais não estão apenas participando de redes, mas estão, elas próprias, cada vez mais organizadas em redes descentralizadas. Ghoshal e Bartlett (citados por CASTELLS, 2003), definem a multinacional contemporânea como “uma rede interorganizacional”, ou “uma rede que está inserida em uma rede externa”. Para Giddens, “as multinacionais, são realmente as detentoras do poder oriundo da riqueza e tecnologia na economia global, visto que a maior parte das redes é estruturada em torno delas” (1996, p. 250-253).

liberalização postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais (CASTELLS, 2003, p. 142).

Dentro desse contexto, em que atuaram o avanço e difusão dos meios de comunicação, os transportes rápidos e as tecnologias de informação têm papel relevante e indissociável as transnacionais para o que se chama, hoje, de Globalização, nos mais diversos aspectos: econômico, cultural e político. O poder adquirido por esses conglomerados foi tão intenso, que não raro houve – e ainda há – interferência desses nos governos nacionais, colocando em dúvida o princípio da soberania em que classicamente se fundava o Estado-nação². Para Ianni (1995 p. 47), “a grande empresa” parece transformar nações das mais diversas categorias em “pequena nação”. O autor observa, ainda, que “as transnacionais redesenham o mapa do mundo, em termos geoeconômicos e geopolíticos, muitas vezes não coincidindo com os mais fortes Estados nacionais” (p. 52).

Dois aspectos chamam mais a atenção na profunda interferência nos Estados-nação, provocada pela aceleração da globalização da economia, com o fim da Guerra Fria do Leste Europeu. Uma é propriamente a questão da soberania política. Nesse contexto, observo que começa a perder espaço e forma a política tradicional, centralizadora de poderes e baseada em instituições nacionais fortes. Para realizar qualquer mudança interna, essas nações têm sempre como parâmetro os ditames internacionais, seja dos grandes conglomerados transnacionais – em geral os financeiros, em que se encontram atrelados – seja do contexto político mundial.

No bojo dessa interdependência global e no avanço das transnacionais está o melhor aparelhamento e modernização administrativa da máquina estatal, a fim de concorrer no mercado internacional, ao qual se encontra

² Por quase todo o século passado, os Estados nacionais tinham como um dos seus principais objetivos a promoção do bem estar social e econômico da nação e eram um instrumento de defesa dessa (FAGUNDES, 2003) Na visão de Baumann (1999), o Estado-nação se caracterizava pelo “tripé da soberania”: auto-suficiência militar, econômica e cultural. E isto, segundo o autor, para preservar sua capacidade de policiar a lei e a ordem. Para Harvey (2005, p. 68): “Na época moderna, o significado de ‘Estado’ foi o de um agente que reivindicava o direito legítimo de e se gabava dos recursos suficientes para estabelecer e impor regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território [...]. Um Estado dotado de soberania [...], dotado da ambição de impor um certo modelo de ordem preferido em vez de outros modelos alternativos. Em resumo, “uma organização hierárquica com área de competência delimitada” (CASTORIADIS, 1990, citado por HARVEY, 2005).

inserida. Por outro lado, perde o mundo do trabalho com a privatização, a desregulamentação e a flexibilização das leis trabalhistas, tema que trato no próximo capítulo, reservado às contradições.

A outra transformação é na área econômica dos países. A moeda nacional torna-se um reflexo da moeda mundial, em um primeiro momento o dólar, depois o Euro. A “dolarização” das economias dos países em desenvolvimento é uma realidade, influenciando em grandes negócios, exportações, importações de grande vulto, até mesmo em pequenas situações do cotidiano, como produtos da prateleira dos supermercados.

As bases nacionais do capitalismo, praticado na maioria dos países, não deixam de existir por completo, mas já não são tão determinantes, ficam atreladas à dinâmica global do capital como forma produtiva. Essa vai bem além da influência econômica e política, atinge culturas e civilizações. Segundo Ianni (1995, p. 48),

entendendo-se que o capital é um signo e o capitalismo é o emblema dos grupos e classes dominantes em escalas nacional, regional e mundial. Isto é, o capital de que se fala aqui é uma categoria social complexa, baseada na produção de mercadorias e lucro, ou mais valia, o que supõe todo o tempo a compra da força de trabalho; e sempre envolvendo instituições, padrões sócio-culturais de vários tipos, em especial os jurídicos-políticos que constituem as relações de produção.

Atualmente, identificamos a globalização na formação dos gigantescos blocos econômicos (União Européia, Nafta, Mercosul, ALCA, entre outros), na volatilidade do capital³ internacional, na fragmentação do mercado de trabalho e produção, no crescimento do setor invisível da economia (serviços), no desemprego e na influência cultural das sociedades dominantes, entre outros indicativos. Na esfera econômica, a adoção de uma moeda única européia, o

³ Na época atual o capital voa no espaço e no tempo com uma rapidez jamais imaginada antes das tecnologias informacionais. Na economia globalizada o capital é volátil, como explica Ianni (1995): “a moeda nacional torna-se reflexa da moeda mundial, abstrata e ubíqua, universal e efetiva”. Castells (2003, p. 143) observa que “os mercados de capitais são globalmente interdependentes e são gerenciados 24 horas por dia, em mercados financeiros globalmente integrados, funcionando em tempo real pela primeira vez na história”. Segundo Castells (2003), transações de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta. As novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para outro entre economias em curtíssimo prazo, de forma que o capital e, portanto, poupança e investimentos estão interconectados em todo o mundo.

Euro, é uma prova de que os Estados, hoje, adotam políticas que buscam, cada vez mais, a integração entre os países.

Considero importante destacar as características do momento histórico atual da globalização, apontadas por Ianni (1995, p. 58). O conjunto dessas mudanças é contraditório, apresentando limites e possibilidades: em **primeiro lugar**, o autor cita a energia nuclear como a mais poderosa técnica de guerra, inicialmente, nas mãos das nações mais poderosas e, em seguida, disponível com dirigentes de países do chamado “segundo e terceiro escalão”. **Segundo**, a revolução informática, baseada nas conquistas da eletrônica, que coloca nas mãos dos “donos do poder” – de países dominantes e outros secundários – uma capacidade de formar, informar, induzir e seduzir, nunca antes alcançada na mesma escala. **Terceiro**, a formação do Sistema Financeiro Internacional, em conformidade com as exigências da economia capitalista mundial e de acordo com as determinações dos países dominantes. **Quarto**, as relações econômicas mundiais, compreendendo a dinâmica dos meios de produção, das forças produtivas, da tecnologia, da divisão internacional do trabalho e do mercado mundial, amplamente influenciadas pelas exigências das empresas, corporações ou conglomerados multinacionais, transnacionais, mundiais, globais e planetários. **Quinto**, a reprodução ampliada do capital universaliza-se em nova escala, com novo ímpeto, recriando relações em todas as partes do mundo, pressionando as nações socialistas, influenciando, bloqueando ou rompendo os seus sistemas econômicos. **Sexto**, o inglês se transforma na língua universal, por meio do qual se articulam e expressam indivíduos, grupos e classes, em países dominantes e dependentes. E, por fim, **em sétimo**, o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e do privado, ordenação da sociedade e visão do mundo.

Engana-se quem pensa que a globalização, baseada na expansão do capitalismo, se esgota apenas no mundo da economia. Em sentido genérico, o processo é a quebra de barreiras entre nações, econômicas, políticas, culturais e sociais. Em sentido mais restrito significa integração, internacionalização e uniformização de idéias, valores e atitudes. Na definição de Giddens (1996, p. 13), a globalização trata, efetivamente, da transformação

do espaço e do tempo, “Eu a defino como ação à distância e relaciono sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte de massa”. Ianni (1993) trata a globalização como um “processo civilizatório universal” que continuou se desenvolvendo no século XX como um modo de produção,

material e espiritual, simultaneamente nacional e internacional, a rigor um processo civilizatório universal. Esta tendência, inerente a este modo de produção desde os seus primórdios, revela-se bastante acentuada ao longo da época contemporânea. Apesar das oscilações cíclicas, suas crises e contradições, ele se generaliza e se recria como um modo de produção material e espiritual de âmbito global (IANNI, 1993, p. 53).

Apesar de toda essa abrangência e da influência direta na vida das pessoas e das nações, segundo Giddens (1996, p. 73), “muitas pessoas pensam se tratar de assunto exclusivo dos pós-modernos ou pós-tradicionais”. Para Giddens (1996), a globalização, denominada por ele de sociedade “pós-tradicional”⁴, é uma época de finalizações, onde se profetiza o fim de tudo, fim de século (XX), enfim uma nova agenda. Esse é um processo inexorável, com grandes conquistas e possibilidades, o seu avanço e expansão independem da nossa vontade, nos mantêm presos, escravizados e, até certo ponto, perdidos. Por outro lado, temos liberdade de interferência e instrumentos capazes de provocar mudanças através de uma ação política dos indivíduos organizados.

Penso que, quando Giddens (1996) fala em época de finalizações ou em fim de século, com todas as ameaças que rondaram esse período, temos de repensar de que tipo de finalização ele nos fala. O próprio autor questiona conceitos exagerados como o “fim da história” ou o “fim da geografia”. Nessa primeira década do século XXI, o fim do século não é mais um monstro desconhecido, não fomos atacados por seres extraterrestres e nem houve choque de planetas. Mas continuamos em perigo constante, ameaças reais, forças criadas e “recriadas”, como o terrorismo e a violência urbana. Não é exatamente o fim que assusta, mas a interminável transição para o desconhecido. “É um mundo em que a possibilidade e o perigo estão

⁴ “Uma ordem social pós-tradicional não é aquela na qual a tradição desaparece – longe disso. É aquela na qual a tradição muda seu status. As tradições têm de explicar-se, têm de se tornar abertas à interrogação ou ao discurso” (GIDDENS, 1996, p. 13).

equilibrados em igual medida” (BECK, GIDDENS e LASH, 1997, p. 75).

A “Destruição Criativa”⁵, um dos conceitos apresentados por David Harvey, em 2005, para entender a “modernidade”, também se insere nesse mesmo contexto, ou seja, o novo tem de ser construído a partir das cinzas do antigo. Há muitas denominações para o atual estágio do capitalismo mundial. Para esclarecer o significado da globalização, Harvey (2005) faz a relação com a questão da pós-modernidade e trabalha com o conceito de “compressão do tempo-espaço”. Giddens (1996) fala da Sociedade Pós-Traducional, nela, a modernidade não se opõe à tradição, mas trata de recriá-la enquanto a dissolve. Para exemplificar, esse mesmo autor cita aspectos fundamentais da vida social que atravessaram décadas, adaptando-se ao novo momento, como a família, alguns ritos de passagem (quinze anos, casamento, entre outros) e a identidade social. “Não é o fim da tradição, mas sim a tradição em constante processo de transformação” (p. 74), esclarece o autor.

Sobre essa transformação das tradições, Giddens (1996, p. 74) destaca dois aspectos que estão diretamente relacionados e que se tornaram intensos, na época atual: primeiro, a difusão extensiva das instituições modernas, graças aos processos da globalização, em especial a expansão dos meios de transporte e as tecnologias de informação. Em segundo lugar, mas para o autor, diretamente relacionado, estão os processos de mudança intencional e extensional, traduzidos na “radicalização da modernidade”.

Essa radicalização seria um processo de “abandono, desincorporação e problematização da tradição”. Observo que esse último aspecto, pelo seu grau de ruptura – sem uma transição pacífica e saudável – corporifica-se em grupos e situações radicais que se transformam em ameaças à sociedade. Ao contrário da ruptura, da negação, Beck, Giddens e Lash (1997) explicam a

⁵ Harvey (2005) aponta Nietzsche como o primeiro autor a utilizar esse conceito na sua crítica à modernidade. Para Nietzsche a essência eterna e imutável da humanidade encontrava sua representação adequada na figura mítica de Dioniso: ser a um só tempo “destrutivamente criativo” (isto é, formar o mundo temporal da individualização e do vir-a-ser, um processo destruidor na unidade) e “criativamente destrutivo” (isto é, devorar o universo ilusório da individualização, um processo que envolve a reação da unidade). O economista Shumpeter, também citado por Harvey (2005), empregou essa mesma imagem para compreender os processos de desenvolvimento capitalista. O empreendedor, que Shumpeter considera uma figura heróica, era o destruidor criativo por excelência, porque estava preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social – e era somente através desse heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano (p. 25 e 26).

importância de que passado e presente andem juntos para orientar o futuro:

A tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência sobre o presente. Mas, evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição também diz respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro. O futuro é modelado sem que se tenha a necessidade de esculpi-lo como um território separado. A repetição, de uma maneira que precisa ser examinada, chega a fazer o futuro voltar ao passado, enquanto também aproxima o passado para reconstruir o futuro (BECK, GIDDENS e LASH, 1997, p. 80).

Um aspecto que realmente se modificou foi a ascendência do Estado ou da tradição sobre os sujeitos relativamente passivos. Os cidadãos e as sociedades esperavam soluções do Estado, que era tido como um Pai. “Já nos contextos pós-tradicionais não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir” (BECK, GIDDENS e LASH, 1997, p. 94). Nesse sentido, o autor desenvolve a idéia da “escolha ativa” e da “autonomia”, tema que será abordado no terceiro capítulo, quanto tratarei das possibilidades do processo de globalização.

1.1 Papel da tecnologia

A partir da década de 80 a aceleração tecnológica une-se à extraordinária evolução científica, dando início a uma revolução que passa a instaurar uma nova sociedade, denominada por alguns autores como sociedade pós-industrial (Daniel Bell e Alain Touraine), sociedade da informação ou sociedade em rede (CASTELLS, 2003) ou ainda como vimos anteriormente, sociedade pós-tradicional (GIDDENS, 1996). A principal característica dessa estrutura social emergente concentra-se na produção de bens imateriais, como serviços e conhecimento. A mecanização é substituída pela automação, assim como a quantidade é substituída pela qualidade.

Beck, Giddens e Lash (1997) apontam as técnicas eletrônicas como uma

das características mais notáveis da globalização do capitalismo, compreendendo a micro-eletrônica, a automação, a robótica e a informática, em suas redes e vias de alcance global, intensificam e generalizam as capacidades dos processos de trabalho e produção. Para o autor as transformações da ciência em técnica e da técnica em força produtiva multiplicam amplamente as condições e as possibilidades de reprodução ampliada do capital, intensificando o caráter “civilizatório” desse.

Na verdade a globalização é toda essa “aldeia global” onde o homem vive atualmente e que tão bem foi designada por Marshall McLuhan, na década de 60: “eletricamente contraído, o globo não é mais que uma vila”. Naquele momento McLuhan (1964) se referia ao poder dos meios de comunicação de massa, em especial a televisão e a possibilidade de transmissões instantâneas sem as dificuldades e custos do cinema. O autor disse mais, que depois de três mil anos de explosão, graças às tecnologias fragmentárias e mecânicas, o mundo está implodindo: “Durante as idades mecânicas projetamos nossos corpos no espaço. Hoje, depois de um século de tecnologia elétrica, projetamos nosso próprio sistema nervoso central num abraço global, abolindo tempo e espaço” (McLUHAN, 1964, p.17).

A revolução tecnológica atual, segundo Castells (2003), não é diferente daquela iniciada no pós-guerra. Para o autor não há coincidência sobre a época em que ela se desenvolveu e propagou, no período histórico de reestruturação global do capitalismo. Nesse momento, de efervescência e busca de novos caminhos ela serviu como ferramenta básica. Dessa forma, Castells (2003) justifica o seu conceito de que a sociedade atual é “capitalista e informacional”⁶, pois os dois processos andaram juntos a partir da década de 80, embora apresentem variações, conforme a realidade sócio-cultural e política de alguns países.

⁶ Castells (2003) faz uma distinção analítica entre as noções de “sociedade da informação” e “sociedade informacional”. O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. O autor afirma, que em sentido mais amplo, como comunicação de conhecimentos foi crucial a todas as sociedades. Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas, surgidas nesse período histórico [...]. Uma das características principais da sociedade informacional é a lógica de sua estrutura básica em redes, o que explica o uso do conceito de sociedade em rede (p. 64-65).

Castells (2003) analisa o avanço da Globalização, tendo como instrumento o “novo modo de desenvolvimento”, através do paradigma tecnológico, fundado na informação. Esse novo paradigma não substitui o modo de produção capitalista, mas lhe dá um novo contorno e define o perfil das sociedades do final do século XX e início do século XXI. Observa-se que a análise do autor identifica uma nova estrutura social, pontuada pela presença e funcionamento de redes interligadas. Na visão de Castells (2003, p. 39), “uma revolução tecnológica, centrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”.

Relaciono esse processo com o avanço da interdependência global, com uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade. A derrocada do estadismo soviético diminui “riscos”, como a radicalização do marxismo-leninismo, o holocausto nuclear enquanto o próprio capitalismo teve de se reestruturar adquirindo maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização de empresas e sua conseqüente organização em redes, tanto internas quanto externas, além do fortalecimento do capital em detrimento do trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores.

Atualmente, como conseqüência da revisão do capitalismo está em curso, cada vez mais, a integração dos mercados financeiros e um sistema interdependente, que funciona “como uma unidade em tempo real” (CASTELLS, 2003, p. 40). Acompanhamos a integração global dos mercados financeiros, desenvolvimento de novos mercados, hoje já dominantes, como a região do Pacífico asiático; a difícil unificação econômica da Europa, a transformação gradual da Rússia e da antiga área de influência soviética, nas economias de mercado.

No entanto, a maioria dos autores estudados – Castells, Giddens, Harvey e Baumann – aponta que todo esse processo, que gerou inúmeros benefícios, também foi responsável pelo enfraquecimento das lutas trabalhistas, novas formas de relações e instituições de trabalho – muitas vezes desfavoráveis aos trabalhadores – e aumento da concorrência econômica global. Beck, Giddens e Lash (1997) afirmam que as maravilhas da ciência e da técnica não se traduzem necessariamente na redução ou

eliminação das desigualdades sociais entre grupos, classes, coletividades ou povos. “Ao contrário, em geral preservam, recriam ou aprofundam as desigualdades” (p. 157).

Na mesma direção, Castells (2003) observa que assim como se desenvolvem novos mercados, nos mais diversos territórios e sociedades, outros correm o risco de se tornar não pertinentes, sob a perspectiva da lógica do sistema. Para o autor, há um desenvolvimento desigual e fora da lógica geográfica ou histórica das nações. “Na verdade observamos a liberação paralela de forças produtivas consideráveis da revolução informacional e a consolidação de buracos negros de miséria humana na economia global” (p. 40). Castells (2003) constata, ainda, a utilização dessa tecnologia, impulsionadora do momento atual, que redesenhou o progresso e, até mesmo, as formas de relacionamento entre as pessoas (redes interativas), como sendo também a responsável por atividades criminosas que se tornaram *globais e informacionais*, permitindo que cresçam e se consolidem junto ao progresso. São as contradições da fase atual do capitalismo, objeto de análise no próximo capítulo.

Essa mesma tecnologia, propulsora de progresso e, por outro lado, geradora de problemas e contradições, acarretou profundas transformações no tempo e no espaço, aspectos básicos da existência humana. Em idades mais remotas, tempo e espaço pareciam imutáveis e indiscutíveis. O tempo era medido por movimentos cíclicos e repetitivos, bem como em rotinas diárias e datas comemorativas. O espaço parecia, histórica e geograficamente, definido e era tratado com um fato da natureza, de certa forma, mais objetivo e complexo que o tempo, com características materiais palpáveis (área, forma, volume, direção entre outros).

Entretanto, nas últimas décadas, as transformações tecnológicas reestruturaram completamente essas duas dimensões fundamentais da vida humana, ou seja, o tempo e o espaço. Jameson (1984b, citado por HARVEY, 2005, p. 187), observa que ainda não possuímos o equipamento perceptual que nos permita compreender esse novo tipo de hiperespaço, por outro lado, temos a certeza que tanto os ponteiros do relógio quanto os mapas geográficos não são mais verdades absolutas.

O autor David Harvey se ocupa, exatamente, de buscar significados para a questão do tempo e do espaço na vida social, para entender processos político-econômicos e culturais através dos tempos. Harvey (2005) questiona a objetividade exacerbada desses parâmetros, uma vez que difere conforme a época, a cultura e o propósito a que se destina. Em sociedades primitivas, como a indígena, por exemplo, o espaço de uso comum da tribo tinha uma concepção diferente da nossa sociedade. Harvey (2005) constata que nem mesmo as teorias sociais consideravam o espaço como uma categoria decisiva, talvez porque partissem da idéia de "existência de alguma ordem espacial preexistente, na qual operam processos temporais ou que as barreiras espaciais foram reduzidas a tal ponto que tornaram o espaço um aspecto contingente, em vez de fundamental, da ação humana" (p. 190).

Porém, tamanha objetividade, tanto para um aspecto quanto para o outro, foi colocada abaixo com o advento do capitalismo, impulsionado pelas novas tecnologias. Hoje, tempo e espaço são questões subjetivas e adquiriram novos sentidos. Com a instantaneidade da internet, as transmissões via satélite e a própria telefonia móvel, podemos estar no mesmo momento em tempos e espaços diversos.

Em tempo "real", conversamos com alguém do outro lado do planeta e percorremos o espaço geográfico de cidades distantes, através de imagens no computador. Castells (2003) propõe a idéia do "tempo intemporal" que domina a nossa sociedade e, segundo ele:

ocorre quando as características de um dado contexto, ou seja, o paradigma informacional⁷ e a sociedade em rede, causam confusão sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos sucedidos naquele contexto. Essa confusão pode tomar a forma de compressão da ocorrência dos fenômenos, visando à instantaneidade, ou então de introdução de descontinuidade aleatória na seqüência. A eliminação da seqüência cria tempo não-diferenciado, o que equivale à eternidade (p. 556).

⁷ Castells (2003, p. 223) destaca os aspectos centrais do paradigma da tecnologia da informação, que segundo ele, no conjunto, representam a base material da sociedade da informação. Entre esses está a informação como sua matéria-prima; a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; a lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação; a flexibilidade, em que se baseia o paradigma da tecnologia da informação e, por fim, a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam impossíveis de se distinguir em separado. Para aprofundamento, consultar Castells (2003, p. 108-109).

O mundo da experiência do espaço e do tempo teve muito a ver com o nascimento do modernismo e com os focos de tensão entre o sentido do tempo e do espaço. É nas últimas duas décadas que temos vivido uma intensa fase de compreensão desses dois fatores, que têm tido um impacto desorientado sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural. A intensidade de compressão do tempo-espaço no capitalismo ocidental, a partir dos anos 60, nos indica um contexto que confere à condição da globalização algo um tanto especial, gerado pelas tensões de acumulação de capital, a redução do espaço por meio do tempo e também da redução do tempo de giro. Nesse sentido, segundo Harvey (2005, p. 188), o tempo "pode ser mobilizado para atender às exigências do tempo industrial que aloca e realoca trabalho para atender tarefas, segundo rigorosos ritmos de mudança tecnológica [...], pela busca incessante de acumulação do capital".

Dentro desse contexto, o autor analisa o Fordismo⁸, sistema que usa certa organização espacial para acelerar o tempo de giro do capital produtivo. Assim, o tempo pode ser acelerado, em virtude do tempo estabelecido por meio da organização e fragmentação da ordem espacial da produção. O capital, símbolo da globalização da economia, é um processo de reprodução de mercadorias, que se reproduz na vida social e que envolve todas as pessoas do mundo capitalista avançado.

Observo que a vida globalizada está marcada por uma sociedade sem fronteiras, com poderes inovadores. Hoje, mais do que nunca, com a expansão cada vez maior das tecnologias de comunicação e informação, espacialidade e tempo tradicionais não mais existem. A espacialidade tradicional do capitalismo é aquela das concentrações espaciais do capital e do trabalho e nem sempre coincidem com o que se conhecia até meados do século passado. Essa espacialidade, muitas vezes segregadora, destrutiva e discriminatória foi construída a partir da industrialização e da urbanização, os processos estruturais fundamentais da sociedade pós-industrial ou de consumo,

⁸ O fordismo pode ser entendido por uma série de características: "meticulosa separação entre projeto e execução, iniciativa e atendimento a comandos, liberdade e obediência, invenção e determinação, com o estreito entrelaçamento dos opostos dentro de cada uma das posições binárias e a suave transmissão de comando do primeiro elemento de cada par ao segundo" (BAUMANN, 2001, p. 68).

consolidada após a segunda Guerra Mundial.

Giddens (1996, p. 13), muito bem define a organização do tempo e do espaço na época atual, para o autor “a globalização trata efetivamente da transformação do tempo e do espaço. É essencialmente ação a distancia: a ausência predomina sobre a presença, não na sedimentação do tempo, mas graças à reestruturação do espaço”.

Nas comunicações, o surgimento e a disseminação da Internet possibilitaram a quebra de barreiras temporais, espaciais e de identidade. A liberdade assim conquistada abre espaço para um agir totalmente reformulado e em constante mutação. Para Baumann (1999),

[...] A separação dos movimentos da informação em relação dos movimentos de seus portadores e objetos permitiu por sua vez a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim [...] a própria noção de viagem [...], tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática (1999, p. 22).

Penso que com tantas transformações e incertezas, deve-se perguntar, se as relações econômicas mudaram, e o aumento do preço do petróleo no Oriente Médio pode ter conseqüências desastrosas no Brasil; se a direita e a esquerda esgotaram os seus projetos políticos tradicionais (GIDDENS, 1996), e o papel do estado nacional se modificou, o que dizer das relações entre as pessoas? É possível imaginar que a sociedade globalizada está criando uma nova ética, com novas formas de pensamento e novas maneiras de ver o mundo.

Como observamos, no decorrer deste capítulo, são muitas as exigências dessa nova ordem global. A adaptação a esse novo mundo, assim como é um vasto campo de possibilidades, ao mesmo tempo gera contradições e problemas. Nem todas as culturas, nem todos os indivíduos estão preparados para mudanças tão rápidas no campo social, político, econômico, cultural e, porque não, psicológico. E é este, exatamente o tema do próximo capítulo deste trabalho.

2 O NOVO “TEMPO-ESPAÇO” E SEUS OBSTÁCULOS

“Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas”.

(Karl Marx /Manifesto Comunista)

No final do século XIX, Karl Marx já se referia ao capitalismo como um processo civilizatório mundial, influenciando mais ou menos radicalmente todas as outras formas de organização do trabalho e da vida, com as quais entrasse em contato. Como analisei no capítulo anterior, é um modo de produção que se desenvolve e generaliza-se, atravessando crises e transformando-se continuamente. Para o autor do Manifesto Comunista, tratava-se de um processo que “invade todo o globo”, envolve o “intercâmbio universal” e cria as bases de “um novo mundo”, ao mesmo tempo integrado, complexo e contraditório.

O que é de certa forma irônico, é que há mais de dois séculos Marx já previa o constante revolucionar do capitalismo, através da aceleração da produção, mesmo que ainda não existissem as novas tecnologias e nem se falasse em globalização. Para o líder do Partido Comunista, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas,

distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem (MARX, citado por IANNI, 1993, p. 160).

Se essa “tempestade”, causada pelas novas tecnologias, formas de trabalho e produção, gerou efeitos avassaladores na sociedade pós-Revolução Industrial, imaginemos a aceleração desse processo nas últimas décadas com a “compressão do tempo-espaço”, promovida pelos meios de comunicação de

massa e pela criação e difusão das tecnologias informacionais. Segundo Harvey (2005, p. 199), houve a “disrupção perpétua” dos ritmos espaciais e temporais, e o modernismo tem como uma de suas missões a produção de novos sentidos para o espaço e o tempo, num mundo de efemeridade e fragmentação. Essa busca de sentido, ao mesmo tempo em que é cada vez mais intensa e necessária, torna-se mais distante do alcance das “mãos”. Com a aceleração do ritmo de vida e a obsolescência de produtos, serviços e valores é impossível parar e refletir sobre esse sentido, e ainda corre-se o risco de, ao concluir a reflexão, esse sentido já estar totalmente “fora de sentido”.

A aceleração da compressão do tempo-espaço situa-se na transição do fordismo para a acumulação flexível, feita por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas. Para os trabalhadores, a acumulação flexível representou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas exigências profissionais. A aceleração no tempo de giro na produção, resultante desse processo, envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Esse processo tem tido um impacto “desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (HARVEY, 2005, p. 257).

Considero esse o marco em que “velocidade” passa a ser a palavra-chave na produção, troca. Através de sistemas aperfeiçoados de fluxo de informações, técnicas de distribuição mais ágeis possibilitaram a circulação mais rápida dos produtos. No mercado financeiro, os bancos eletrônicos e os cartões de crédito foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso. Penso que aí se configura a era do consumismo e a cultura do efêmero, tal qual a conhecemos atualmente: produtos, serviços, idéias, pessoas, culturas, tudo é rapidamente consumido e descartado se bem estimulado por técnicas de comunicação e *marketing* adequadas.

O estímulo exagerado ao consumo e o rápido descarte se mostram evidentes em alguns aspectos, como a mobilização da moda em mercados de massa (em oposição a mercados de elite), que forneceu um meio de acelerar o

ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação. Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços. Este último aspecto, embora difícil de estimar, tem um tempo de vida ainda mais estreito do que o de um bem durável, como um automóvel, por exemplo. O resultado dessa equação, vida curta aliada à rápida produção e substituição, com aceleração do tempo de giro do capital, é o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo.

Não restam dúvidas de que as conseqüências de todo esse processo não se limitam ao mundo financeiro ou do trabalho, elas influenciam toda a sociedade: as maneiras contemporâneas de pensar, de sentir e de agir. Acentuam a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. No domínio de produção de mercadorias, o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade, nesse sentido, alastram-se as refeições “fast-food”, bem como as embalagens “descartáveis”. Reafirmando:

A dinâmica de uma sociedade “do descarte” como a apelidaram escritores como Alvin Toffler (1970), começou a ficar evidente durante os anos 60. Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o que fazer com o lixo); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser (HARVEY, 2005, p. 258).

A “sociedade do descarte” a que se refere Harvey (2005), ou a “sociedade do consumo”, analisada e bastante citada por Baumann (1999) é fruto da globalização, e arrasta as economias para a produção do efêmero, do volátil (por meio da redução da durabilidade dos produtos e serviços). Produz também o emprego “flexível”, temporário, de meio-expediente e com salários precários. Todos os produtos ou serviços que são colocados no mercado devem despertar desejos e afastar os concorrentes. Não importam a qualidade e a necessidade, a indústria atual funciona cada vez mais com a produção de atrações e tentações. Novos objetos de desejo estão sempre sendo criados para substituir os anteriores e, assim, geram lucros e mais lucros.

Na análise de Baumann (1999), essa sociedade precisa engajar seus membros pela condição de consumidores. Acima de tudo, ela molda seus indivíduos pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. O dilema dos dias atuais, diferente de épocas anteriores, principalmente na fase industrial, caracterizada como “sociedade de produtores”⁹, pode ser sintetizada na questão: se é necessário “consumir para viver ou viver para consumir”. No entanto, constata-se que, no mundo atual, poucas pessoas achariam algum sentido em aprofundar esse questionamento. O que comprova que viver e consumir fundem-se de tal maneira que se tornam uma coisa só.

Para dar sustentação e vida longa a essa sociedade, ganha espaço a volatilidade como valor, nada deveria exigir um compromisso eterno. O que conta é a volatilidade, temporalidade interna de todos os compromissos. Os objetos de desejo são estimados para ter um tempo certo de consumo, depois a sua utilidade tende a desaparecer. Destaco que esse conceito se estende a todos os níveis da condição humana, inclusive nas relações pessoais e afetivas. Casamentos são feitos e desfeitos a toda a hora, e, como pede o momento, sempre cercados de grande espetáculo. Na política, quando falamos que o “povo tem memória curta”, para nos referirmos a conflitos e escândalos que são logo esquecidos, penso que isso faz parte desse jogo e desse aprendizado voltados para o consumo rápido. A cultura da sociedade de consumo envolve, sobretudo, o esquecimento, não o aprendizado.

Harvey (2005), embora considere espantosa a forma como a cultura globalizada lida com a aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico, afirma que a nossa cultura responde a isso de uma forma bem particular, não tenta transcendê-lo, opor-se a ele e sequer definir os elementos eternos e imutáveis que poderiam estar contidos nele. Para o autor, “A globalização nada, e até se esboja, nas fragmentárias e caóticas correntes de mudança, como se isso fosse tudo o que existisse” (p. 49).

O consumo, acompanhado dos conceitos de volatilidade, obsolescência e sedução, é o maior responsável pela necessidade constante de movimento.

⁹ Para o autor a sociedade de nossos antecessores, da fase industrial, era uma “sociedade de produtores”, uma vez que engajava os seus membros primordialmente como produtores e soldados. “A norma que colocava diante de seus olhos e os instava a observar, era ditada pelo dever de desempenhar esses dois papéis” (BAUMANN, 1999, p. 88).

Para bem aproveitar tudo de bom que esse mundo oferece, todo tipo de ação é válida, menos a imobilidade ou fixação exagerada. Observo que o consumidor é uma pessoa em movimento e fadada a se mover sempre, em todos os sentidos. A realidade é que ninguém escapa totalmente da sociedade de consumo, no entanto, como essa é uma sociedade de contradições nem todos têm, efetivamente, acesso ao consumo. Nesse sentido, Baumann (1999) afirma que todo mundo pode ser lançado na moda do consumo; todo o mundo pode desejar ser um consumidor, mas nem todo o mundo pode ser um consumidor.

Dentro desse contexto de estratificação da sociedade global, através do paradigma do consumo, penso que é pertinente distinguir a “classe alta” e a “classe baixa” segundo o grau de mobilidade. Baumann (1999) faz essa distinção, identificando-os como “turistas” e “vagabundos”, respectivamente. A capacidade de se mover, de agir à distância; de ter referências em qualquer lugar do mundo e colocar a saudade acima do conforto do lar, são as características principais dos “turistas”. Já os “vagabundos” não têm escolha, eles se movem porque o mundo se move, são empurrados, desenraizados. Os vagabundos são o refugio de um mundo que se dedica ao serviço dos turistas, ou seja:

Os turistas se movem porque acham o mundo ao seu alcance (global) irresistivelmente atraente. Os vagabundos se movem porque acham o mundo ao seu alcance (local) insuportavelmente inóspito. Os turistas viajam porque querem; os vagabundos porque não têm outra opção suportável. Pode-se dizer que os vagabundos são turistas involuntários; mas a noção de “turista involuntário” é uma contradição em termos. Por mais que a estratégia do turista possa ser uma necessidade num mundo marcado por muros e estradas móveis, a liberdade de escolha é a carne e o sangue do turista. Tire-a e a atração, a poesia e mesmo a suportabilidade da vida do turista se vão inteiramente (BAUMANN, 1999, p. 101).

Entendo que mobilidade, nesse caso, significa liberdade extrema para alguns, pois inexistem obstáculos físicos que os impeçam de ir além, em busca de seu prazer ou interesses. É a liberdade tanto de se mover quanto de agir, mesmo que seja à distância. Para outros, é a prisão da localidade, destituída de significados. Estes últimos observam impotentes tantas mudanças e percebem que a única localidade que habitam não é mais tão segura e nem

oferece sentido às suas vidas. As elites libertam-se do corpo e viajam no espaço, mais rápido que nunca, embora a rede de poder que elas tecem, em especial a financeira, não dependa dessa viagem. Essa é a chamada “incorporeidade” do poder, seus detentores tornam-se extraterritoriais. É a nova liberdade produzida e consolidada no ciberespaço.

Também percebo, nessa análise, que se lança uma névoa bastante escura sobre as classes menos privilegiadas. Se tudo gira em torno dos sonhos e desejos da classe alta, o que resta à classe baixa é viver dos “despojos”. Esses não têm como escolher o espaço onde morar, onde trabalhar e nem têm acesso a nenhum tipo de lazer desfrutado pelos “turistas”. Está formado um desastroso e desigual círculo vicioso de interesses mútuos. Um não vive sem o outro, porém, os turistas deleitam-se com os serviços prestados pelos vagabundos e de certa forma “torcem” para que esse *status quo* seja mantido – até que os mesmos possam ser descartados, pois muitos serviços não necessitam mais da presença humana. É um jogo que aprofunda diferenças e tira a possibilidade mínima de exercício da cidadania das classes baixas.

O mundo das classes altas é o mundo perfeito, adequado aos padrões de valores do mundo globalizado. Liberdade de movimento, acesso a bens e serviços e principalmente o consumo sem restrições, esse é o estilo de vida invejado por todos e vastamente estimulado pelos meios de comunicação. Não tem como fugir. Esse padrão de sonhos e emoções está no *outdoor* da avenida associado ao cigarro que fumamos e a bebida que refresca no calor; faz parte da trama da novela das oito e dos programas populares de sábado à tarde. A publicidade já não parte da idéia de informar ou promover no sentido comum, voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido. Harvey (2005) sentencia que “se privássemos a propaganda moderna da referência direta ao dinheiro, ao sexo e ao poder, pouco restaria”. Em síntese, saliento que esses são os valores que realmente importam e são reforçados a todo o instante, seja de forma clara e objetiva ou através de mensagens subjetivas.

Os consumidores da época atual nutrem uma relação primordialmente estética com o mundo. Os valores consumidos não são mais os de uma vida

“pacata” ou alternativa. Mesmo os movimentos ditos alternativos, quando são revividos, se esgotam na estética moderna e no consumo de bens e produtos a ele associados. Não são estilos de vida contestadores, um exemplo são os novos “hippies”, alternativos de “fachada”. A grande diferença entre as classes está em que os pobres são consumidores frustrados, perseguem essa condição, mas vêm-na fugir das suas mãos na medida em que se aprofundam as diferenças entre as classes e alguns se tornam “vagabundos” eternos, ou seja, pessoas sem nenhuma perspectiva de sair dessa condição, sem esperança e sem vontade de lutar.

Como ambas as categorias fazem parte do mesmo mundo, os ricos não ficam isentos das angústias e incertezas do mundo moderno. Na mesma medida em que são necessários para serviços “menores”, os “vagabundos” ameaçam os “turistas” com sua simples presença, pois nada garante que uma inversão social não possa acontecer. Como explica Baumann (1999), há muitas cascas de banana no caminho e abruptos meios-fios nos quais se pode escorregar ou tropeçar:

Afinal, a maioria dos empregos é temporária, as ações podem tanto cair como subir, as habilidades continuam a ser desvalorizadas e superadas por novas e mais aperfeiçoadas habilidades, os bens de que hoje nos orgulhamos e gostamos tornam-se logo obsoletos, bairros sofisticados tornam-se decadentes e vulgares, sociedades se formam apenas até segunda ordem, os valores que merecem ser seguidos e as finalidades em que vale à pena investir estão sempre mudando [...]. Assim como nenhum seguro de vida protege o dono da apólice contra a morte, nenhuma política de segurança do estilo de vida turístico protege o turista de descambar para a vagabundagem (p. 105).

Nesse mundo de incerteza e fluidez constante, a quantidade de informações e estímulos sensoriais que bombardeiam o ser humano, num curto espaço de tempo, implica profundas mudanças na psicologia das pessoas. Essa efemeridade sugere uma temporaneidade na estrutura dos sistemas de valores públicos e pessoais que fornece subsídios para a quebra de consenso e para a diversificação e fluidez de valores numa sociedade em vias de fragmentação.

Aprender a conviver com a volatilidade, e até mesmo tirar proveito dela,

é um grande desafio, que nem todos conseguem acompanhar. Significa uma alta adaptação e capacidade de se movimentar com rapidez em resposta a mudanças de mercado, ou o planejamento a curto prazo da volatilidade, ou seja, ser capaz de obter ganhos altos no menor tempo possível, por meio de fusões, aquisições ou operações no mercado financeiro e de moedas. Dados recentes apontam que o mandato médio dos dirigentes das empresas não ultrapassa cinco anos. É fácil imaginar o grau de insegurança e tensão diária com que se deparam esses profissionais, a serviço da globalização. O preço psicológico desse esforço é bastante alto, e ganhou até apelido de “resfriado yuppie”,

uma condição de estafa psicológica que paralisa a ação de pessoas talentosas e produz duradouros sintomas semelhantes aos do resfriado, ou o frenético estilo de vida dos operadores financeiros, cujo vício de trabalhar, longas horas de trabalho e corrida pelo poder fazem deles excelentes candidatos para a espécie de mentalidade esquizofrênica que Jamenson descreve (HARVEY, 2005, p. 259).

E não são somente os profissionais que lidam com o mercado financeiro os atingidos pelas patologias da globalização. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 400 milhões de pessoas no mundo sofrem, em diferentes níveis, de transtorno mental ou neurológico. O aumento de casos, segundo relatório da OMS, se deve a hábitos de trabalho e estilo de vida da sociedade globalizada. Os transtornos psíquicos, inclusive manifestações depressivas e melancólicas, esquizofrenia, mal de Alzheimer, epilepsia e retardamento mental representam 11% das doenças do mundo desenvolvido. Os prognósticos, nada alentadores, são que esse índice aumente para 14% nas próximas décadas.¹⁰

O que antes era apenas tristeza, hoje se reveste de novo sentido e chama-se depressão. É doença do século, proclamam os profissionais da saúde. Destaco que, no processo de globalização, o deprimido é alguém que não está obtendo um bom desempenho no jogo social, isto é, não está correspondendo aos ideais e expectativas que lhe são colocados, seja na vida

¹⁰ Esses dados foram apresentados pelo psicanalista da Associação Psicanalista de Porto Alegre (Appoa) Eduardo Mendes Ribeiro, por ocasião da primeira fase da jornada de palestras e seminários sobre depressão e melancolia, em abril de 2006.

pessoal ou profissional. Outro dado alarmante e que confirma o prognóstico é o consumo crescente de medicamentos, engrossando o orçamento da indústria farmacêutica.

As pessoas do mundo globalizado se tornam eternamente corredoras, ágeis, buscadoras do novo, do diferente. Têm ao alcance de um “click” todas as informações simultâneas dos mais longínquos lugares. É a cotação da bolsa de Nova York; a fome na África; o superaquecimento global e o processo eleitoral, pipocando nos ouvidos sem parar. No entanto, não conseguem ser produtivas, pois lhes falta tempo mental para usufruir ou consolidar conquistas. Muitas são acometidas de um grau muito alto de ansiedade, com pensamentos acelerados. Cito como as prováveis causas, a mídia altamente estimulativa, o consumismo exacerbado, o crescente número de informações a ser assimilado em tempo cada vez mais curto e os problemas sociais, que tanto preocupam e instabilizam nossas vidas.

Considero muito pertinente e necessária a análise do *pathos*, do mundo atual, e observo que esse processo tornou-se progressivo, com conseqüências perturbadoras, tanto para a psique humana quanto para o meio ambiente. Estamos em pleno século XXI e a mesma tecnologia que cria e recria, a todo o instante, produtos e aparelhos cada vez mais avançados, não dá conta de nos dizer o que fazer com o fruto dessa obsolescência. Computadores, aparelhos celulares, baterias, toda essa “parafernália”, símbolo das modernas tecnologias de comunicações, têm vida útil muito curta. A ordem global é trocar, substituir, não se apegar. No entanto, contêm partes altamente poluentes, com alto potencial de contaminação do solo e, o que muitos desconhecem, é que nem mesmo quem recolhe esses produtos (lojas, indústrias, universidades), sabe bem o que fazer com eles, o mesmo acontece com as lâmpadas fluorescentes e com pilhas.

A posição de Ianni (1995), vem ao encontro da análise desse problema. Para o autor, uma das características mais notáveis da globalização do capitalismo, são as técnicas eletrônicas, compreendendo a micro-eletrônica, a automação, a robótica e a informática em suas redes e vias de alcance global, elas “intensificam e generalizam as capacidades dos processos de trabalho e produção”. No entanto, o que vivenciamos é que as maravilhas da ciência e da

técnica não proporcionam, necessariamente, a redução ou eliminação das desigualdades sociais entre grupos, classes, coletividades e povos. Ao contrário, em geral preservam, recriam e até mesmo aprofundam as desigualdades.

Na minha avaliação, o que ainda não existe é a consciência social sobre a noção de “risco” e “alta reflexividade”, analisada por Beck, Giddens e Lash (1997). Esses conceitos não estão caminhando junto ao processo de desenvolvimento e o descaso se torna uma “bomba-relógio prestes a explodir a qualquer momento”. A própria velocidade exigida pelo mercado não proporciona tempo para que esses riscos sejam calculados e resolvidos junto à produção e oferta de produtos. Esses conceitos fazem parte do jogo da globalização e não podem ser esquecidos, pois hoje em dia,

as ações cotidianas de um indivíduo produzem conseqüências globais. Minha decisão de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo ou um tipo específico de alimento, tem múltiplas implicações globais. Não somente afeta a sobrevivência de alguém que vive do outro lado do mundo, mas pode contribuir para um processo de deterioração ecológica que em si tem conseqüências potenciais para toda a humanidade. Esta extraordinária – e acelerada – relação entre as decisões do dia-adia e os resultados globais, juntamente com o seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual, compõem o principal tema da nova agenda (BECK, GIDDENS E LASH, 1997, p. 75).

Como tenho analisado no decorrer deste capítulo, a globalização internacionalizou, também, os problemas sociais, e em nome da tecnologia, da qualidade total e da modernização, um contingente populacional foi jogado a níveis desesperadores de pobreza e miséria. Na verdade os avanços do mundo capitalista decorrentes da globalização estão ocorrendo de forma muito diferenciada entre os países, setores e regiões. Até agora, o que vemos é um processo que ameaça aprofundar as diferenças entre o desenvolvimento dos países, aumentar a exclusão social, retirar direitos e conquistas dos trabalhadores, bem como aumentar o desemprego e a miséria em escala mundial.

Sob o ponto de vista do paradigma informacional, Castell (2003) avalia o impacto dessas novas tecnologias com certa neutralidade, o autor afirma que ela em si não causa desemprego, mesmo que reduza o tempo de trabalho. Os

tipos de emprego mudam em quantidade, qualidade e natureza do trabalho executado, exigindo uma nova força de trabalho, com mais capacidade intelectual e poder criativo. É notório que os indivíduos e grupos, incapazes de adquirir e aplicar esses novos conhecimentos, podem ficar excluídos do trabalho ou até mesmo rebaixados para funções menos valorizadas.

Observo que essas análises alentadoras de Castells (2003) baseiam-se em dados de economias avançadas, como Estados Unidos, Japão e Europa. Por outro lado, o autor reconhece que o endurecimento da lógica capitalista, desde a década de 80, promoveu a polarização social, apesar da valorização profissional para os mais aptos, do ponto de vista intelectual. Cabe ressaltar que se deixadas à vontade, as forças da concorrência desenfreada no paradigma informacional levarão o emprego e a estrutura social à dualização. O autor alerta que é necessário que haja uma interferência de políticas deliberadas para reequilibrar a estrutura social.

Já vimos que nesse mundo globalizado, “estratificado” em ricos e pobres, os efeitos dos processos são desiguais, embora a angústia e a incerteza seja uma constante nas duas pontas. A flexibilização do mercado de trabalho, é uma dessas variáveis, que tanto pode ser libertadora quanto escravizante. Para grandes executivos o trabalho à distância, em qualquer parte do mundo, é sinônimo de maiores lucros, embora não garanta a permanência eterna no emprego. Já a grande massa da população, recebe os efeitos da flexibilização, como trabalho temporário, perda de direitos e insegurança no dia de amanhã.

A reestruturação de empresas e organizações, possibilitada pela tecnologia da informação e estimulada pela concorrência global, individualiza o trabalhador e o processo de trabalho, formam-se mercados personalizados e, com isso, segmenta o trabalho e fragmenta as sociedades. As novas tecnologias de informação possibilitam a descentralização e coordenação das tarefas em tempo real, através de uma rede interativa de comunicação em qualquer distância. Nessa nova realidade, os trabalhadores perdem o contato entre si e perdem poder reivindicatório. Ganham força as práticas empresariais reinantes como subcontratação, terceirização, estabelecimento de negócio no exterior, consultoria, redução do quadro funcional e produção sob encomenda.

São novas exigências, novas competências e um novo contrato de trabalho que reina entre patrões e empregados. É possível que mesmo o termo empregado, muito em breve seja extinto. Cresce cada vez mais o número de terceirizados, autônomos e consultores, quando não trabalhadores jogados no mercado informal ocupando ruas e esquinas oferecendo produtos de procedência duvidosa. Entre as novas exigências, além do inglês como segunda língua, o domínio das técnicas informacionais é prioritário. Mas como garantir a democratização desse conhecimento em um país como o Brasil em que o próprio acesso à educação básica é precário? Nesse contexto surge mais um parâmetro para a extratificação social, as classes A e B com pleno domínio do computador e sempre “conectadas” à web e a classe baixa atingida em cheio pela exclusão digital.

Para se ter uma idéia do tamanho do problema, em plena era digital, um contingente de mais de 120 milhões de brasileiros, 79% da população com mais de dez anos de idade, não usa a internet, a rede mundial de computadores, segundo dados divulgados pelo IBGE, no ano de 2006. A desigualdade que se verifica em todos os setores da sociedade brasileira, também se faz presente, de forma contundente – e até assustadora – no que tange ao acesso à internet. Renda, escolaridade e idade são, nessa ordem, os maiores diferenciais (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

Enquanto na população com renda mensal per capita superior a cinco salários mínimos, 69,5% dos brasileiros usam a internet, no extremo oposto, renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo, esse mesmo percentual despenca para apenas 3%. O acesso cresce de acordo com a renda, mas mesmo em faixas de renda intermediárias, como na de dois a três salários mínimos per capita, ele ainda é restrito a uma minoria (42%) de brasileiros (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

Segundo essa mesma fonte, quando é analisado o acesso de acordo com o grau de escolaridade, a diferença se acentua, no menor extremo de instrução (menos de quatro anos de estudo), somente 2,5% acessam a internet. No extremo oposto, aqueles que completaram ao menos o ensino médio, essa proporção chega a 76,2%.

Embora a situação de acesso nos domicílios venha aumentando constantemente desde 2001, continua em patamares muito baixos. No início da década, 8,6% de residências possuíam computadores conectados. Em 2005, esse percentual chegou a 13,9%. Analisando por unidade da Federação, a que apresentava maior percentual de sua população com acesso regular à internet era o Distrito Federal, com 41,2% usando a rede. O menor percentual foi encontrado em Alagoas (7,2%) e no Maranhão (7,1%) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

A idade também é outro diferencial, analisado pelo IBGE. Quanto mais jovem, maior a probabilidade de um brasileiro ter feito uso da rede seja de casa, do trabalho, da escola ou de qualquer outro ponto. Os maiores percentuais de acesso foram encontrados na faixa etária de 15 a 17 anos, com 33,9% da população usando a rede. De 18 a 24 anos, a proporção continua acima de 30%, mas passa a cair gradualmente de acordo com a idade, chegando a apenas 3,3% da população acima de 60 anos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

Com a competição cada vez maior dos provedores, os internautas com banda larga estão impulsionando o aumento do número de horas navegadas, apesar da base de usuários ser ainda pequena no Brasil, se comparada a outros países. Esses internautas já respondem por mais de 60% do tempo total on-line das residências brasileiras, navegando em média 20 horas semanais, contra 8 horas por mês, dos internautas de linha discada. Os usuários com banda larga também acessam mais sites de comércio eletrônico e de bancos. Grandes instituições financeiras já contam com até 60% dos usuários utilizando a tecnologia (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

As informações acima, apesar de impressionantes e satisfatórias para o e-comércio, provedores e instituições privadas, deixam claro que essa é a realidade da inclusão digital das classes A e B, de um público que possui renda e acesso à educação formal. Na outra ponta, observa-se que o contexto das pessoas com poder aquisitivo baixo é bem diferente. Segundo o Mapa da Exclusão Digital, do mês de abril de 2003, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, percebe-se que indivíduos que possuem até quatro anos de estudo têm uma menor participação na população de incluídos digitais do que na

população total. Por exemplo, a participação dos analfabetos, cuja população total é de 21,75%, cai para 7,1% na população dos que possuem computador e 9,02% naquela que dispõe de Internet. Já no caso dos indivíduos que possuem mais de 12 anos de estudo observamos o inverso. A participação desse grupo na população total, 6,25%, sobe para 29,55% naqueles com computador e 35,19% naqueles com Internet. O grupo de alta escolaridade está bem representado entre os incluídos digitais (NERI, 2003).

A situação é tão grave que para Rodrigo Baggio, diretor-executivo do Comitê pela Democratização da Informática – organização não-governamental que mantém 891 escolas de informática e cidadania no Brasil e em nove países –, os dados do IBGE revelam um *apartheid* digital. Fica evidente que há uma legião de excluídos à margem da sociedade do conhecimento. É um cenário extremamente preocupante, principalmente quando comparamos nossa situação com a de outros países, já que hoje o uso da tecnologia é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Para reverter essa situação, Baggio aponta alguns caminhos, como o investimento na melhoria de infra-estrutura de acesso à internet em municípios pequenos; na capacitação de pessoas de baixa renda em informática e cidadania e na disseminação de pontos públicos de acesso.

Na minha avaliação, os dados acima só confirmam o que já é de senso comum, temos um caminho muito grande pela frente para capacitar e incluir os trabalhadores dentro das novas exigências, e se não mudarmos as regras do jogo, esse “apartheid digital”, pode se tornar um problema sem solução. Algumas diretrizes já estão traçadas, como o acesso comunitário ao computador e internet – nas comunidades mais carentes - cursos de capacitação gratuitos; redução do preço do equipamento, bem como linhas de financiamento acessíveis, e adoção de software livre¹¹. Apesar de algumas

¹¹ Softwares livres são plataformas abertas e não proprietárias, livre de pagamento de *royalties*, cuja essência reside em liberdades que seus usuários podem exercer: liberdade para estudar o programa e adaptá-lo às suas necessidades; liberdade de redistribuir suas cópias originais ou alteradas e liberdade para aperfeiçoar o programa e liberá-lo para benefício da comunidade. A liberdade conferida pelos autores (todos voluntários) do programa é efetivada através da distribuição do código fonte dos programas, o que os transforma em bens públicos, disponíveis para a utilização de toda a comunidade e da maneira que seja mais conveniente a cada indivíduo. Estima-se que existam mais de 10 milhões de usuários regulares de sistemas operacionais e aplicativos distribuídos como software livre.

ações governamentais e outras tantas de instituições sociais e organizações não governamentais, é possível que somente as gerações futuras sejam beneficiadas.

Considero fundamental destacar o quadro da exclusão digital no Brasil. O domínio das técnicas informacionais e do uso da internet favorece não só a inclusão no mundo profissional, e conseqüentemente diminui a diferença e o abismo entre as classes sociais, mas, sobretudo, favorece e estimula o exercício da cidadania, tema que será desenvolvido no próximo capítulo.

A exclusão digital, na medida em que coloca o indivíduo à margem da cultura globalizada e obstaculiza a qualificação do trabalhador, também dificulta o exercício pleno da cidadania e torna esses mesmos indivíduos obsoletos. A obsolescência se dá em todos os níveis, pois a dinâmica do capitalismo desenvolve-se a todo o momento e de todas as formas. A própria tecnologia, logo se torna superada e isso faz parte do jogo. A sociedade é bombardeada o tempo todo pelas novas tecnologias e novos significados de vida. Para alguns, acompanhar o processo é questão de sobrevivência, é ter trabalho e salário no final do mês. Esses cidadãos são ao mesmo tempo instrumento e vítima da velocidade com que as coisas se volatilizam. Para outros, estar integrado e atualizado é questão de *status* social e significado de vida, mas é, também, mal-estar e incerteza, pois a dependência excessiva a esses meios pode tornar-se uma escravidão.

Na medida em que se desenvolve, o capitalismo tanto revoluciona as outras formas de organização social e técnica do trabalho e da produção com as quais entra em contato, como transforma reiteradamente as formas de organização social e técnica do trabalho e da produção já existentes em moldes capitalistas. A dinâmica desse modo de produção,

cria e recria, contínua e reiteradamente, as forças produtivas e as relações de produção, seja pelo desenvolvimento extensivo como pelo intensivo. As novas tecnologias, por exemplo, podem tornar as outras tecnologias obsoletas, da mesma forma que podem tornar obsoletas outras formas de mobilização da força de trabalho. As várias forças produtivas, bem como as instituições e organizações que configuram as relações de produção, podem tornar-se dispensáveis, técnica e socialmente obsoletos (IANNI, 1995, p. 142).

A compressão tempo/espaço, impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação e informação, encerra a multifacetada transformação em curso dos parâmetros da condição humana e evidencia que os processos globalizadores não têm a unidade de efeitos que se supõe comumente. Como já analisei no decorrer deste capítulo, a globalização tanto divide quanto une, e o faz, na maioria das vezes, concomitantemente. Isto porque, as causas da divisão são as mesmas que geram a uniformização do globo. Percebo que é a contradição no seio do processo, que permeia todos os setores. Enquanto para alguns parece globalização, “para outros significa localização; para alguns é sinal de liberdade, para outros, escravidão ou ‘destino indesejável e cruel’” (BAUMANN, 1999, p. 8).

Considero muito importante essa afirmação, pois, na medida em que os fatores impulsionadores da globalização, em especial as tecnologias informacionais e de comunicação se expandem, alguns processos distintos da sociedade – e até certo ponto dicotômicos – ganham visibilidade. Um deles é o enorme avanço de alguns setores, como o financeiro, o comércio e a indústria de grande porte. Esses se apoderam dessas tecnologias e, com a rapidez das ondas eletrônicas ganham cada vez mais espaço no mundo globalizado.

Por outro lado, sociedades menos estruturadas e mais carentes não conseguem absorver essa tecnologia com a mesma eficiência. Nesse sentido, fica claro que a mesma força globalizadora empurra uma para o futuro e a outra para o passado, formando um abismo entre ambas, muitas vezes intransponível. Na medida em que ficam para trás essas sociedades têm cada vez menos condições de avançar, ficam paradas no “tempo e no espaço”, na contramão da era globalizada em que tudo se movimenta o tempo todo.

Exatamente nesse ponto, consiste um dos valores mais importantes e cobiçados pela globalização: a mobilidade. A liberdade de movimentos segundo Baumann (1999), “se torna uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual”. Entendo que se o mundo se move rapidamente, e é fácil e veloz o acesso à informação sobre os prazeres escondidos no mundo inteiro, não poderia ser outro o valor elevado à condição primeira, da mesma forma que a liberdade de movimento. Mas e quem está à margem de todo esse processo, empurrado para baixo, como se sente privado desse

valor? Esse indivíduo ou essa sociedade sofre a ansiedade da imobilidade, embora todos nós estejamos em movimento, queiramos ou não. Nas palavras de Baumann (1999, p. 8):

Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” – transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida.

Além do desconforto da existência localizada, em um mundo em que o habitat natural é o planeta, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos. Gera-se uma progressiva segregação e exclusão. É a outra ponta da globalização, onde as tendências neotribais e fundamentalistas, que refletem e formulam a experiência das pessoas na ponta receptora da globalização, são fruto igualmente legítimo do atual estágio do capitalismo. Embora, aparentemente, o processo não tenha volta, é motivo de preocupação, hoje em dia, essa ruptura de comunicação entre as elites de “senhores do mundo”, cada vez mais globais e o restante da população, cada vez mais localizada.

Analisando a questão, sob o ponto de vista de um novo contexto histórico, percebe-se que a reprodução ampliada do capital, em escala global, continua a ocupar e se espalhar pelo mundo, nos mais distantes e diversos lugares, onde sempre esteve e onde nunca pensou estar. Na medida em que o capitalismo continua a processar a globalização no mundo, surgem novas relações e estruturas próprias desse mundo. É aí que se lançam, segundo Ianni (1995), os movimentos, de interdependência e integração, bem como os de fragmentação e antagonismo. O processo é simultâneo: ao mesmo tempo em que provoca novos surtos de globalização ocorrem novos surtos de fragmentação.

Nesse contexto, entendo que essas forças de fragmentação são tanto aquelas que se mostram através da rivalidade e jogo de força entre nações, ressurgimento de velhas barreiras entre países, continentes e povos, bem como novas que surgem, no momento em que outras estão desmoronando. As forças de fragmentação podem significar tanto o nacionalismo, o tribalismo, o tradicionalismo, o fundamentalismo, o islamismo, o terceiro mundismo e outras.

Penso que não é muito difícil identificar essas forças fragmentárias, basta olhar ao nosso redor, entre os exemplos claros estão o conflito entre Estados Unidos e Coréia do Norte, Estados Unidos e Iraque, o eterno surgir e ressurgir dos conflitos político-religiosos do Oriente Médio e, mais recentemente, o nacionalismo implantado na Bolívia, por Evo Morales, que apesar de não gerar crise política entre as nações, veio em prejuízo das relações econômicas com o Brasil.

Retornando à questão da compressão tempo/espaço e nas conseqüências dessa aceleração nos indivíduos e sociedades, vale lembrar que, após a criação de meios de transportes progressivamente mais rápidos, dentre todos os fatores técnicos que possibilitam a mobilidade, um que desempenhou papel muito importante foi o transporte da informação. Pode-se afirmar que essa nova tecnologia revolucionou a própria maneira de pensar e agir, pois implantou um tipo de comunicação que não envolve movimento dos corpos físicos ou só o faz de forma secundária e marginalmente. Esses meios libertaram os “significantes” do controle dos “significados”, ou seja, reestruturaram a cultura e através do desmembramento entre significantes e significados fizeram da vida na sociedade globalizada, um simulacro total.

As informações tornaram-se rápidas, velozes e de fácil acesso, com isso, a comunicação barata torna-se facilmente veículo de manipulação dos indivíduos, sufocando e desestabilizando a memória. Não é difícil constatar que a comunicação, bem como os profissionais que produzem as notícias, também são vítimas dos mesmos efeitos da globalização: obsolescência, fluidez, compressão tempo/espaço, insegurança profissional. Na medida em que tudo se move muito rápido e a internet é um veículo instantâneo, o comunicador vira uma “máquina” de produzir notícias e gerar “espetáculo”. A

própria linguagem da comunicação on-line, hoje já adotada na maioria dos jornais diários e revistas semanais, pede textos rápidos e curtos e com muito apelo visual.

É inegável que nesse contexto a comunicação perde a qualidade e deixa de apresentar uma análise mais aprofundada dos temas. O que é jogado ao público, aos borbotões, não é uma informação para refletir, é apenas para consumir, como se consome um lanche “fast-food”, rapidamente é digerido e há necessidade de mais e mais. Nesse aspecto entra o poder de manipulação, pois na medida em que não há instrumentos para reflexão, o aparente e superficial, é tomado como realidade.

Outro aspecto que deve ser analisado com cuidado nessa nova tecnologia é a “facilidade” com que ela permite uma proximidade “virtual” entre as pessoas. Da mesma forma que promove novos relacionamentos (com outro perfil) e reascende antigos - perdidos no tempo e no espaço - permite afastar conflitos, combates e debates da esfera política tradicional, o que dificulta também o calor humano e, com ele, o sentimento de solidariedade. O espaço tornou-se processado, centrado, organizado e normalizado demais. Penso que essa separação, e essa aparente organização, é mais impiedosa e tem efeitos psicológicos mais profundos do que nunca, entre eles a intolerância, o radicalismo e a ruptura cada vez maior entre grupos sociais.

É certo que a mobilidade tornou-se um valor a ser perseguido e invejado, além de ser causa e conseqüência de uma estratificação ainda mais acentuada da sociedade. O próprio capital, com seu fluxo acelerado e virtual de investimento, permite aos poderosos sedimentarem o seu lugar no topo da pirâmide. Portanto, em vez de homogeneizar a condição humana,

a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo em que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas do seu significado e sua capacidade de doar identidade (BAUMANN, 1999, p. 25).

Pela análise acima, destaco que a dinâmica da globalização é por si só contraditória. A almejada mobilidade que proporciona estar em muitos lugares

ao mesmo tempo, significa também não estar em lugar nenhum. É uma ausência corporal e espiritual que se faz sentir também na vivência e proximidade entre as pessoas. Essa mesma elite que trabalha e investe, viajando distâncias inomináveis sem sair do lugar, é a mesma que se isola em guetos como condomínios de luxo que supostamente reproduzem a vida ideal - limpa, asséptica e segura.

Da mesma forma, se isola em *Shopping Centers*, não só para consumir marcas famosas - as mesmas encontradas em Paris, Londres ou Nova York -; freqüentar restaurantes internacionais ou assistir ao último lançamento do cinema, mas, também, soltar os filhos em segurança em locais que substituem os antigos espaços públicos, como praças e parques. São “espaços de produção privada, embora muitas vezes com subsídios públicos”, define Steven Flusty (BAUMANN, 1999, p. 28). Nesses locais, as elites “escolheram” o isolamento e pagam por ele um alto custo “prodigamente e de boa vontade”.

É claro que essa segregação tem seu preço e suas contradições. Os que vivem fora dessas fortalezas, limitados pelos seus muros, apropriam-se do que lhes resta do espaço urbano, que não raro torna-se o campo de batalha de uma contínua guerra pela demarcação de territórios. São grupos, ou guetos de desprezados que lutam por seu espaço da forma que sabem e podem, muitas vezes, lançando mão de ações agressivas próprias, que incluem rituais, roupas estranhas, atitudes bizarras e ruptura de regras. Esse lado sombrio e patológico da segregação é tomado como ruptura da lei e da ordem, com tratamento policial, enquanto são de fato tentativas de chamar a atenção para suas reivindicações territoriais e, portanto, de apenas seguir as novas regras do jogo territorial, ditadas pelas próprias elites.

De qualquer maneira, mesmo lidando com as tensões e estando expostos a elas já parece vitoriosa essa nova estratégia das elites. É uma realidade inexorável o encolhimento ou desaparecimento dos espaços públicos, a separação e segregação, e os centros de consumo e lazer: os “*shoppings*”.

Para Nils Christie (citado por BAUMANN, 1999, p. 32):

Os imensos *shoppings* podem oferecer algumas oportunidades de encontros, mas em geral são grandes demais para a criação da justiça horizontal¹². Grandes demais para encontrar os velhos conhecidos e muito agitados e cheio de gente para os longos bate-papos necessários ao estabelecimento de padrões de comportamento [...].

Entendo que o *shopping*, embora sendo fruto da sociedade de consumo e voltado para as elites, que têm o poder de compra, ainda se estende para o restante da população, pois possibilitam sistemas de segurança e controle adequados. No entanto, para aqueles que não pertencem ao topo da pirâmide, são menos centros de consumo de mercadorias e mais centros de consumo de significados e espetáculos. É mais uma vez um local de convívio limitado, onde, diferente dos espaços públicos de outrora, a variedade de “atrações”, que hipnotiza quem está por lá, não permite que ninguém pare, troque idéias, ou discuta os assuntos do dia.

Os efeitos da privação da mobilidade e da localidade “forçada” afeta a condição humana e psicológica das pessoas. Nesse mundo de alta velocidade o indivíduo privado da mobilidade física – ou do agir – é um prisioneiro e sente-se humilhado. Com a disseminação e rapidez dos meios de comunicação, recebe passivamente as informações sobre os valores cultuados por esse mundo e não encontra significados no seu próprio mundo. A distância não parece importar muito, às vezes parece que só existe para ser anulada,

Não há mais “fronteiras naturais” nem lugares óbvios a ocupar. Onde quer que estejamos em determinado momento, não podemos evitar saber que poderíamos estar em outra parte, de modo que há cada vez menos razão para ficar em algum lugar específico (e por isso muitas vezes sentimos uma ânsia premente de encontrar – de inventar – uma razão) (BAUMANN, 1999, p. 85).

É importante salientar que os espaços modernos, livres de amarras e de velhos conceitos para uns e alienados de “vida e história” para outros, também são movidos pelos mesmos conceitos de compressão tempo/espaço. Um ícone

¹² Em sua crítica aos *Shopping Centers*, como substitutos dos espaços públicos de convivência, o autor apresenta dois conceitos de Justiça, para o estabelecimento de padrões de comportamento de uma comunidade. O primeiro é a “justiça piramidal”, onde as normas são repassadas hierarquicamente, de cima para baixo. O segundo é a “justiça horizontal”, onde as normas, e a compreensão dos fatos sociais, são construídas de forma igualitária (Justiça Igualitária), a partir do encontro entre iguais, em espaços públicos.

desse conceito foi materializado pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, no final da década de 50. O arquiteto modernista teve a oportunidade de varrer toda a restrição e limitação material ou sentimental e deixou correr solta a fantasia arquitetônica, ele “ergueu do nada, num vazio desértico e sem o fardo da história, uma nova capital que combinasse com a vastidão, a grandiosidade, os imensos recursos inexplorados e as ambições sem limites do Brasil” (BAUMANN, 1999, p. 51).

Em Brasília, na imensidão do Planalto Central – considero importante esse exemplo, mesmo que simbólico, por estar próximo da nossa realidade – Niemeyer não precisou preocupar-se com as circunstâncias de tempo e lugar: estava livre de amarras, como pedia a modernidade. Porém, como produto dessa “perfeição”, surgiram as vítimas do que se chamou, na época, de “brasilite”, uma síndrome patológica, em que entre os principais sintomas constavam a ausência de multidões e ajuntamentos, as esquinas vazias, o anonimato dos lugares, as figuras humanas sem rosto e a “entorpecente monotonia de um ambiente desprovido de qualquer coisa que intrigasse, excitasse ou causasse perplexidade” (BAUMANN, 1999, p. 52).

Esse arquiteto brasileiro, idolatrado por uns e bastante criticado por outros, pelo fato de ter construído algo desnecessário, com enorme financiamento internacional, anteviu o que hoje já faz parte do mundo globalizado, que são os espaços “públicos” planejados, em detrimento da “desorganização humanizada” das antigas localidades. Dessa maneira, também se fez sentir lá, o que hoje se chama de vazio existencial da vida moderna. Era (e ainda é) uma cidade talhada para os donos do poder, afinal foi construída com esse propósito, e para os que hoje se denominam “desterritorializados”, esses seres que se movem sem parar e seu lar é o mundo globalizado. Era, sem dúvida, “um espaço desprovido de tudo o que é verdadeiramente humano – tudo o que dá sentido à vida e faz valer à pena viver” (BAUMANN, 1999, p. 52).

Na minha análise sobre a questão, esses espaços planejados, livres do tempo e da história, privam o homem moderno do sentimento de alteridade que resulta na responsabilidade. Esses valores só brotam nas pessoas que dominam a difícil arte de viver e agir sob condições adversas, lidando com

diferenças, ambivalências e incertezas. Sem esses valores, “o apoio ao sentimento de grupo tende a ser procurado na ilusão da igualdade garantida pela monótona similaridade de todos dentro do campo visual” (BAUMANN, 1999, p. 54). Mas isso é inviável, pois a uniformidade levada ao extremo gera a conformidade e a outra face da conformidade é a intolerância.

O preço de tudo isso, nesses tempos globalizados, são sentimentos constantes de medo e a tentativa de controle através de sistemas de segurança cada vez mais sofisticados. Isso é mera ilusão, pois a origem desse medo é muito mais profunda, é um “medo contemporâneo”, os “medos urbanos”, típicos dessa época, ao contrário daqueles anteriores, que levaram à construção das cidades, é o medo do inimigo interior, chamado isolamento ou solidão e também o medo do imprevisível, dos riscos não calculados.

Para Castoriadis (1992), junto com o conformismo, o medo é uma constante na sociedade atual. Ele questiona quanto pesará o conforto, “para os que gozam da vida moderna, diante de uma eventual fusão das calotas glaciais? E quantos centavos valerão todas as conquistas da medicina moderna, se uma terceira Guerra Mundial explodir?” (p. 103).

Todos os problemas e contradições, abordados neste capítulo, são capazes de deixar qualquer um preocupado com o futuro da humanidade. Quando conseguimos acompanhar a velocidade do mundo, através domínio das diversas tecnologias ao nosso alcance; quando temos acesso mínimo ao consumo – e, com isso, nos sentimos temporariamente preenchidos – quando temos trabalho e somos necessários ao capital, nos sentimos vencedores. Podemos dizer que pertencemos à elite, a categoria dos “turistas”, cidadãos do mundo. Nesse caso nossa vida tem sentido e razão de ser.

Por outro lado, enxergamos através dos muros em que nos escondemos e vemos a imensa massa de excluídos, lutando com as “armas” que têm à disposição para marcar território e gerar um sentido. Quando abandonamos as fortalezas de cimento, sentimos na carne a violência, o medo, a incerteza no dia de amanhã. Mesmo carregados de sacolas, não temos segurança de nada, nem dos nossos próprios sentimentos, que perdem o sentido a todo o momento. E nesse caso, não basta ser turista e se desterritorializar, pois a sociedade globalizada uniformizou informações, hábitos, culturas e também

sentimentos e medos e problemas sociais.

No próximo capítulo, conforme objetivo deste trabalho, faço uma reflexão sobre a construção e exercício da cidadania no mundo globalizado, diante de tantas contradições. Se por um lado as possibilidades existem e dependem muito mais de cada indivíduo do que do Estado, certamente essa não é uma tarefa fácil. É um novo aprendizado, na medida em que reaparecem velhas tensões dos séculos passados, como as carências, desigualdades, irracionalidades; outras são criadas, como a velocidade, obsolescência, efemeridade, volatilidade e consumo, porém a sociedade atual desenvolveu novos nexos, processos e estruturas.

É um novo contrato social, onde se recolocam problemas fundamentais, com suas implicações políticas, sociais, econômicas e culturais. No entanto, as partes são simultaneamente os Estados nacionais, as organizações multilaterais, as empresas transnacionais, mas podem ser também as coletividades internas de cada nação: grupos, etnias, minorias, classes, movimentos sociais e políticos entre outros.

Com base nisto, observo que são vários obstáculos a serem vencidos para o pleno exercício da cidadania. O primeiro é a adaptação a esse novo contrato, cujo centro não é mais o Estado e cujos atores sociais, representados pelas forças globais – organismos financeiros e transnacionais – nem sempre são bem identificados e nem mesmo comprometidos com as comunidades. E o mais difícil, penso, é a conquista da autonomia necessária para o exercício da cidadania, visto aqui não apenas como uma cidadania voltada para o consumo de mercadorias. Autonomia que pressupõe inclusão social, digital, inserção no mundo do trabalho, entre outros fatores tão escassos no mundo atual e que promovem a “soberania do cidadão”. Segundo Ianni (1993, p. 108), esse processo “apenas começa a ser pensado, codificado, se estivermos pensando na sociedade mundial. Nessa altura da história, a cidadania vigente, efetiva, indiscutível é a da mercadoria”. O desafio do próximo capítulo é, exatamente, mostrar as novas possibilidades por onde o cidadão atual pode se desenvolver plenamente, apesar de tantas contradições.

3 DAS CONTRADIÇÕES NASCE A NOVA CIDADANIA

“A sociedade pós-tradicional é um ponto final; mas é também um início, um universo social de ação e experiência verdadeiramente novo. Que tipo de ordem social ela é ou pode tornar-se?”

(BECK, GIDDENS E LASH, 1997, p. 130)

Todos os aspectos da natureza humana foram afetados pelo ritmo acelerado da globalização. Aspectos econômicos, sociais, culturais, relações familiares; incluindo questões subjetivas, como a psique humana. Tudo mudou de lugar para ser reconstruído com novas bases, dentro de novos paradigmas. Tantas mudanças foram possíveis com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação.

Em relação à revolução tecnológica, analisamos no capítulo anterior as suas conseqüências mais nefastas: o desemprego e a exclusão digital que, segundo analistas, já está produzindo um verdadeiro “apart-heid” digital. No entanto, a tecnologia também tem enorme potencial para ser utilizada para o progresso e a inclusão social. Os problemas não são frutos da tecnologia, mas pertencem à sociedade, que precisa reinventar a forma de lidar com os novos processos e estruturas.

A principal transformação refere-se à concepção do tempo e do espaço cibernético (hiperespaço), responsável pela “compressão tempo-espaço” (HARVEY, 2005), onde não só as informações, mas os fluxos de todos os tipos (informação, comunicação, ideologia, imagens, pessoas, finanças), circulam em tempo real, atravessando países e continentes. Essa nova dimensão que afeta questões subjetivas e muda o sentido da vida, também liberta o indivíduo das certezas absolutas e abre caminhos para novas formas de lutas, inclusive para vencer diferenças e enfrentar demandas comunitárias e individuais.

Uma dessas possibilidades não diz respeito às esferas tradicionais da sociedade e da política, e nem encontra eco nas instituições formalmente estabelecidas, mas sim à iniciativa dos próprios cidadãos, que é o exercício da nova cidadania (SIQUEIRA, 2003, p. 167), onde o grande diferencial é a livre participação dos indivíduos. A nova cidadania se encaixa na realidade da sociedade global que pede decisões e autonomia de ser e agir, principalmente na busca de soluções para as questões sociais. São muitas as maneiras de interagir nessa nova realidade, para tanto, precisamos nos apropriar dos novos instrumentos, conceitos e categorias, que compreendem as atuais configurações desse momento e a diversidade de movimentos que ele nos apresenta (ONGs; micropolíticas, movimentos sociais, grupos de auto-ajuda).

Com base nessa análise, observo que o que leva ao exercício da nova cidadania são as inúmeras questões, advindas de uma ordem global pós-tradicional (BECK, GIDDENS e LASH, 1997), coerente com as incertezas geradas pela sociedade de risco (BECK, GIDDENS e LASH, 1997), cujas soluções não estão colocadas de forma clara e calculada (riscos de grande consequência, BECK, GIDDENS e LASH, 1997), como é o caso da degradação ecológica. Todas essas questões devem ser analisadas “sob a emergência de um novo tempo-espaço tecnológico (ciberespaço-tempo) que altera radicalmente nossas maneiras de ser, viver e fazer política no mundo pós-moderno” (SIQUEIRA, 2003, p. 175).

Velocidade, riscos e uma sociedade onde não se vive mais sob padrões rígidos de comportamento. Esses aspectos, aparentemente negativos, têm grande potencial de se transformar em contradições produtivas nessa nova sociedade. Um novo homem está se formando: reflexivo, questionador, que busca justificativas em tudo o que faz e não segue de forma automática tudo que lhe é imposto de cima para baixo. Ele sabe que tem um mundo para ser inventado e, nesse sentido, sua capacidade de agir sobre o processo é testada a cada momento. Essa é a modernidade reflexiva a que se referem Beck, Giddens e Lash (1997), dinamizadora de desenvolvimento, mas que implica desafios e riscos, pois lida com o desconhecido. Na visão de Beck, Giddens e Lash (1997, p. 12), “a modernização reflexiva significa primeiro a

desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais industriais por outra modernidade”.

Relaciono esse processo, descrito pelo autor, com o que Giddens (1996) chama de “ordem social pós-tradicional”, aquela em que a tradição não desaparece, mas muda de *status*, não é aceita com passividade, ao invés disso torna-se aberta à interrogação e ao diálogo, é objeto de reflexão. Considero importante essa análise, pois mostra que não há um simples rompimento com o passado, mas abre-se uma possibilidade de questionamento e justificativa, tanto em nível pessoal quanto social. A tradição não pode manter o sentido que sempre teve, de preservar o passado, o comportamento dos indivíduos ou as instituições sociais. Em uma sociedade globalizante, culturalmente cosmopolita, as tradições são colocadas a descoberto: é preciso oferecer-lhes razões e justificativas (GIDDENS, 1996).

São muitos os exemplos dessa mudança de comportamento, a começar pela esfera familiar, tida como conservadora em sua essência, mas que apresentou avanços significativos em vários aspectos. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho e, em oposição a esse processo o alto grau de desemprego, determinados padrões, como o de “chefe da família” deslocou-se de seu centro. Muitas mulheres assumiram o comando e o sustento do lar e dos filhos e tornaram-se independentes para procurar novos parceiros e reconstruir sua vida. Criou-se então o que se chama hoje de nova família, com novas relações entre os seus membros: filhos, pais, padrastos e enteados passaram a conviver de forma não convencional e talvez até, mais satisfatória, com maior solidariedade e compromisso.

Saliento o lado positivo dessa mudança, uma vez que o velho padrão reproduzia a lógica “opressor/oprimido”, com todos os problemas implícitos, como a violência familiar, ausência do cônjuge masculino na educação dos filhos, abuso sexual, entre outros. O próprio ato de casar é repensado, bem como os hábitos e identidades sexuais. Essa realidade explicita a expansão da reflexividade social faz com que as pessoas exijam mais autonomia em suas vidas:

Em uma sociedade destradicionalizadora os indivíduos devem se acostumar a filtrar todos os tipos de informação relevantes para as situações de suas vidas e atuar rotineiramente com base nesse processo de filtragem [...]. O crescimento da reflexividade social é um fator fundamental que introduziu um deslocamento entre o conhecimento e o controle- uma fonte primária de incerteza artificial¹³ (GIDDENS, 1996, p. 15).

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada pelo Jornal Zero Hora¹⁴ ratifica as informações acima, sobre a mudança de comportamento na sociedade atual. A pesquisa aponta uma mudança nos arranjos conjugais oficiais no país. A quantidade de divórcios subiu 15,5% em 2005, a maior taxa desde 1995. Às separações, seguem-se novas uniões, pois o número de casamentos aumentou 3,6%, especialmente os celebrados entre casais em que pelo menos um dos cônjuges é divorciado. No entanto, pelo menos em relação à guarda dos filhos, a mãe permanece a maior responsável: em 91,1% das separações e em 89,5% dos divórcios.

Na avaliação do IBGE, o crescimento dos divórcios, e também das separações judiciais, que subiram 7,4%, mostra que a sociedade brasileira vem encarando essa situação com mais naturalidade, especialmente no caso das mulheres, que em geral são vistas de forma mais preconceituosa quando decidem seguir a vida sozinhas. A própria legislação se adaptou ao novo momento, em 2003 entrou em vigor o novo Código Civil incorporando várias mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas. Uma delas reduziu de três para um ano o prazo para o pedido de divórcio após a separação judicial.

Acredito que o próprio tempo se encarregou de tornar essas mudanças nas relações familiares, socialmente admissíveis. O divórcio, hoje, é bem aceito, até pelos filhos. Essa noção de que não havia outra possibilidade, a não ser manter o casamento, foi se desfazendo dentro de uma cultura em que a mulher é independente.

A mesma regra se aplica à esfera política, em uma sociedade em que os cidadãos questionam, refletem e encontram justificativas, atuando no contexto

¹³ Incerteza Artificial: "É a incerteza para tomar – ou deixar de tomar – decisão, para a resolução dos problemas gerados pelos riscos de grande consequência, resultado da intervenção humana nas condições da vida social e da natureza" (GIDDENS, 1996, p. 12).

¹⁴ Jornal Zero Hora, 6 de dezembro de 2006, p. 4 e 5.

das incertezas criadas pelo avanço da globalização, os sistemas burocráticos tradicionais começam a desaparecer. Os Estados perdem o papel de “patrões” e os cidadãos de “súditos”. Em consequência da alta reflexividade social, surge o descontentamento com os mecanismos da política tradicional, com seus vícios, corrupção e falta de transparência, produzindo a urgência de reconstrução política. Penso que a nova cidadania é fruto dos processos e estruturas globalizantes, mas nasce também da exaustão das ideologias políticas recebidas.

Esses aspectos sintetizam de forma clara a modernização reflexiva, em que os indivíduos e a sociedade não apenas refletem sobre os temas, mas se confrontam com eles, o que Beck, Giddens e Lash (1997) denominam de “autoconfrontação”, e é desse confronto que nasce a mudança, que não se dá de uma hora para outra, mas vai sendo construída e reconstruída. Sendo assim,

A modernização reflexiva significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial – como está avaliado pelos padrões institucionais desta última. O fato de esta própria constelação poder mais tarde, em um segundo estágio, vir a se tornar objeto de reflexão (pública, política e científica), não deve obscurecer o mecanismo não refletido e quase autônomo da transição: é exatamente a abstração que produz e proporciona realidade à sociedade de risco (BECK, GIDDENS e LASH, 1997, p. 17).

Dentro dessa perspectiva, entendo que a própria sociedade de risco produz o cidadão reflexivo. Passado o período inicial em que o medo assume características paralisantes, o indivíduo percebe que as oportunidades, ameaças e ambivalências não podem mais ser resolvidas dentro do grupo familiar, na comunidade ou na aldeia, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos.

Na sociedade globalizada, com reflexividade social intensificada, as pessoas podem ser consideradas “inteligentes”, isto porque, de uma forma ou de outra, são obrigados a se engajar com o mundo em termos mais amplos, se quiserem sobreviver nele. Nenhuma informação pode ser confinada a “castas” (científicas, sociais, culturais) e, com isso, passa a ser interpretada

rotineiramente e ao mesmo tempo influenciada por cidadãos leigos, no decorrer do processo. Em síntese, esse universo de alta reflexividade conduz à maior autonomia de ação, que toda a sociedade deve reconhecer e ao qual deve recorrer, uma vez que todas as estruturas influenciam e são influenciadas pelos cidadãos.

Nesse contexto, de cidadãos autônomos e de uma sociedade de alta reflexividade social, Siqueira (2003) aponta a possibilidade da nova cidadania, que, enquanto política, não se enquadra dentro do espectro tradicional das aspirações da esquerda ou da direita, representados aqui, respectivamente pelo socialismo ou pelo capitalismo na sua forma neoliberal. Não é mais possível o rígido controle humano sobre as instituições e sobre a vida dos cidadãos, a essência das ambições da esquerda, e nem mesmo a “liberdade” (em nome do mercado) preconizada pela direita. É um mundo de incertezas, onde nem mesmo o avanço do conhecimento humano traz garantias de futuro menos perturbador. A política tradicional não serve mais como centro doador de sentido, o que termina por transferir para o cidadão parte das tomadas de decisões de “como ser e agir”.

Esses novos processos e estruturas geraram novos problemas, cuja solução não se encaixa na forma tradicional de resolvê-los, uma vez que suas conseqüências são desconhecidas e incalculáveis. Entre essas crises encontram-se as catástrofes ambientais, geradas pelo expansionismo arrojado do capitalismo; impacto da indústria, da ciência e da tecnologia no mundo moderno; desemprego e exclusão social. São novos dilemas que exigem novas soluções. É o que Beck, Giddens e Lash (1997) denominam de “riscos de grandes conseqüências”, para os quais somente uma “política radical” pode fazer frente.

Dentro do contexto de uma sociedade pós-tradicional Beck, Giddens e Lash (1997) apontam seis itens para uma “política radical reconstituída”, que recorra ao conservadorismo filosófico, mas que preserve alguns valores centrais que até agora estiveram associados ao pensamento socialista. Entre eles está a preocupação em **restaurar as solidariedades danificadas**, o que pode desencadear a reinvenção da tradição. Esse ponto inclui a avaliação adequada da natureza do individualismo nos dias de hoje, ênfase do

neoliberalismo, em contraste com o desacreditado “coletivismo” da teoria socialista. A interpretação correta para esse individualismo – em contraponto ao egoísmo – deveria ser a expansão da reflexividade social. Nessa perspectiva, o indivíduo deve alcançar uma autonomia de ação, que implique reciprocidade e interdependência.

Outro ponto é o que o autor chama de “**política de vida**”, emancipatória, e, como tal, fundamental para a criação da autonomia de ação. A política de vida, acrescentam Beck, Giddens e Lash (1997), é uma política não de oportunidades de vida, mas de estilos de vida. Ela está relacionada com a maneira pela qual nós deveríamos viver em um mundo, onde aquilo que costuma ser fixado pela natureza ou pela tradição está, atualmente, sujeito a decisões humanas.

Dando continuidade, vem a adoção da “**política gerativa**”, que busca permitir aos indivíduos e grupos fazerem as coisas acontecer e não esperarem, passivamente, que as coisas lhes aconteçam, em relação ao contexto social. Ela opera no domínio público, mas não da forma tradicional, no entanto, oferecendo condições materiais e estruturas organizacionais para as decisões de políticas de vida tomadas por indivíduos e grupos na ordem social mais ampla. O autor sustenta que esse seria o principal instrumento para abordar com eficiência os problemas da pobreza e da exclusão social. Esse talvez seja um dos pontos mais importantes e que, em minha opinião, encontra uma relação direta com a proposta da nova cidadania.

A democratização da democracia, ou **democracia dialógica** é outro ponto considerado muito importante por Giddens (1996). Esse processo, aberto sempre ao diálogo, se aplica desde as relações pessoais e familiares, até questões mais amplas da sociedade. Ela pressupõe confiança – em si mesmo e em suas potencialidades – e solidariedade entre seus membros, para que possam dialogar, dividir tarefas e responsabilidades mais amplas da cidadania.

Saliento que esse processo pode ser exemplificado através das novas relações familiares, analisadas anteriormente. Na medida em que a modernidade avançou, as relações e os papéis familiares mudaram – não sem conflitos, é claro – e hoje, somente através do diálogo, as “novas famílias”

conseguem se reestruturar e dar condições emocionais e financeiras estáveis para os seus membros. Longe de representar unanimidade de opiniões ou sentimentos (quando se trata de uma separação, por exemplo, isto não existe), pressupõe diálogo e confiança mútua entre os envolvidos.

Para o autor, há a necessidade da adoção de uma “**previdência positiva**”, em contraponto ao sistema previdenciário tradicional, que apenas repara os prejuízos causados pelas adversidades. Essa nova previdência deve lidar com as incertezas artificiais- e dá maior ênfase a mobilização de medidas de políticas de vida, direcionadas à ligação da autonomia com as responsabilidades pessoais e coletivas.

Esse modelo de “**política radical**”, a que o autor se refere, deve estar preparado para enfrentar o papel da violência nas questões humanas, o que remete novamente à democracia dialógica. Partindo do princípio que ela surge do conflito de valores e de culturas e de condições sociais, basicamente, a separação, como forma de não permitir o contato, só poderia aguçar o problema. A proximidade com diálogo permite uma maior compreensão do outro, e, em última análise, uma melhor compreensão de si mesmo, ou da própria cultura. Saliento que esse ponto é fundamental como forma de enfrentar as doutrinas fundamentalistas e substituir o uso da violência pelo diálogo.

A política radical, proposta por Beck, Giddens e Lash (1997), a qual relaciono inteiramente com a proposta da Nova Cidadania (SIQUEIRA, 2003), não é, necessariamente, salvadora ou mágica e nem tem fórmulas prontas, como um manual de sobrevivência. Entendo que esse não é o propósito, muito pelo contrário, o que perpassa as teorias são proposições colocadas nas mãos dos cidadãos, agentes da mudança. Entre os fatores desencadeantes dessa nova forma de fazer política está a emergência de valores universais, compartilhados por quase todos no processo de globalização. Em um primeiro momento, o olhar sobre essas informações e valores pode se dar por um signo negativo: as grandes catástrofes, o fim de valores arraigados e a desestruturação de famílias, o desemprego entre outros.

No entanto, como a globalização traz em seu seio a própria contradição – e todos têm de estar preparados para lidar com essas questões

desestabilizadoras – *esses valores “negativos”* também têm grande potencial para impulsionar possibilidades de preservação da vida, direitos humanos universais, preservação das espécies e a preocupação e cuidado com as gerações presentes e futuras. Elas implicam, na visão de Beck, Giddens e Lash (1997, p. 29), “uma ética de responsabilidade coletiva e individual, que (como afirmação de valores) são capazes de passar por cima das divisões de interesses”. Como responsabilidade não é dever, algumas pessoas podem achar que lhes falta poder suficiente para concretizá-la. Entretanto, a responsabilidade é muito mais abrangente e mobilizadora, e, uma vez que não produz a lealdade cega, está longe de se tornar fanatismo.

É exatamente na responsabilidade que está a chave para a atuação de forma reflexiva e comprometida. Reconhecer o risco, como fato consumado, ao mesmo tempo em que provoca incerteza e medo, pode ser fonte de liberação de valores pré-concebidos, que engessam e paralisam. Não existe um salvador, ou salvadores da humanidade, existe, isto sim, pontos de engajamento político e novas formas de atuação com potencial de otimismo em relação aos seus resultados. Também não existe nenhuma garantia para a democracia, senão relativa e contingente, a mais provável se encontra nas mãos dos cidadãos, na sua formação-voltada para o social e que permite que os mesmos interiorizem a necessidade da lei e ao mesmo tempo a possibilidade de questioná-la. Indivíduos preparados para a interrogação, a reflexividade e a capacidade de deliberar, a liberdade e a responsabilidade.

Dessa forma, autonomia só pode ser praticada por cidadãos efetivamente livres, que tenham participação ativa na construção de uma sociedade democrática. Castoriadis (1992) reflexiona sobre esse tema e sobre a possibilidade de se alcançar uma sociedade realmente livre ou autônoma, ao afirmar que:

É aquela que dá a ela mesma, efetiva e reflexivamente, as suas próprias leis, sabendo o que faz. O que é um indivíduo livre e autônomo, uma vez que ele só é concebível numa sociedade onde há leis e poder? É aquele que reconhece, nessas leis e nesse poder, as suas próprias leis e o seu próprio poder – isso somente se pode fazer sem mistificação na medida em que o indivíduo tem plena possibilidade efetiva de participar da formação das leis e do exercício do poder. Estamos muito longe de uma sociedade livre. E quem

imaginaria por um instante que a preocupação ardente das oligarquias dominantes seria de nos fazer chegar a tal sociedade? (p. 175).

Percebo, nessa afirmação de Castoriadis, uma forte relação com a nova cidadania – embora não torne o termo explícito –, uma vez que coloca nas mãos da sociedade, através da participação, o nascimento de um novo projeto político que nasce das necessidades comuns dos cidadãos e não imposta de cima para baixo.

Todos esses conceitos, trabalhados anteriormente (reflexividade, autonomia, democracia dialógica e, diretamente relacionada a esses fatores, a tomada de decisões), são importantes *para* o exercício da nova cidadania, mas também são potencializados *no* exercício da nova cidadania. Um exemplo desse processo é o que ocorre no mundo do trabalho. O capitalismo compreendeu que, ao invés de se limitar a explorar apenas a força de trabalho muscular dos trabalhadores, limitando-os de qualquer iniciativa, e mantendo-os enclausurados nos moldes dos processos anteriores, podia multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, a capacidade de cooperação, os dotes organizativos e todas as virtualidades de sua inteligência.

No entanto, dentro desse novo padrão de competências, os trabalhadores precisam desenvolver, também, a capacidade de se adaptar de acordo com as mudanças contínuas no processo produtivo, em especial aquelas provocadas pela entrada das novas tecnologias. Devem adquirir diferentes habilidades e capacidades que possibilitem modificar continuamente suas atividades e as relações dentro da empresa. Nesse sentido, o que em um primeiro momento configura-se como exploração, traz em si uma contradição, pois o trabalhador leva consigo esses valores para a vida cotidiana e para outros locais em que vá desenvolver as suas atividades. São competências sociopolíticas, que uma vez desenvolvidas o indivíduo internaliza-as e sua prática passa a se dar em todas as esferas da vida.

Na minha avaliação, essa é a grande contradição produtiva que se apresenta no mundo do trabalho: a possibilidade de utilizar o potencial de um indivíduo que não apenas produz de forma mecânica, mas que raciocina no ato do trabalho e em vários ambientes. Esse é o trabalhador da sociedade

globalizada, aquele com capacidade de autonomia, iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos. Dentro da mesma perspectiva, é possível relacionar que se o modo de trabalho serve para aperfeiçoar as competências técnicas, a prática da nova cidadania desenvolve e aperfeiçoa as competências sociopolíticas e humanas.

Como já analisei anteriormente, os problemas da nova ordem global exigem soluções inovadoras, que não se encontram nos partidos políticos e no Estado tradicional. São situações complexas e diferenciadas que se modificam rapidamente exigindo mais participação dos atores sociais e sistemas mais democráticos (democracia dialógica). O Estado se volta mais à resolução das macroquestões, como a inserção no mundo globalizado, deixando de lado problemas mais específicos que precisam ser tratados em espaços de decisão mais próximos dos indivíduos.

Segundo afirmação de D. Bell (citado por SIQUEIRA, 2003, p. 181), “O Estado-nação tornou-se pequeno demais para os grandes problemas e grande demais para os pequenos problemas da vida”. Ao mesmo tempo, a consciência do direito de ser diferente, o pluralismo e o novo tempo-espaço tecnológico, alteraram nossas maneiras de ser, viver e fazer política no mundo pós-moderno. Essa nova maneira exige decisões que colocam o indivíduo no centro das coisas e desestimula os modos de vida e a interação tradicionais.

Nesse novo modelo, o qual relaciono com a subpolítica (BECK, GIDDENS e LASH, 1997), os indivíduos são construídos e ao mesmo tempo constroem novas relações e estruturas. Isso decorre, porque as instituições estão se tornando irreais em seus programas e fundações, e, por isso, dependentes dos indivíduos. É um mundo duplo, ambíguo onde há uma consciência dos riscos, dos perigos e dos problemas, no entanto ainda convivem duas realidades: a tradicional “não ambígua” e a ambivalência da modernidade. “Por um lado, está se desenvolvendo um vácuo político das instituições; por outro, um renascimento não institucional do político. O sujeito individual retorna às instituições da sociedade” (p. 28).

Esse deslocamento da política de suas arenas tradicionais (Estado, parlamento, partidos políticos, sindicatos entre outros) se deve basicamente à imobilidade do aparato governamental, frente à mobilização dos agentes

sociais. Esse “fracasso” estimula e ativa as ações cidadãs, que pelo menos, potencialmente, têm condições de movimentar muitos campos da sociedade. Nesse sentido, observo que quando avaliamos a derrocada da sociedade globalizada, tendo como base a decadência de suas instituições formais, não estamos dando a dimensão necessária à arena política da nova cidadania ou à subpolítica (BECK, GIDDENS e LASH, 1997). Nas palavras desses autores:

A subpolítica, [...] então, significa moldar a sociedade de baixo para cima. Visto de cima isto resulta na perda do poder de implementação, no encolhimento e na minimização da política. No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos, a esfera pública, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho; há até mesmo oportunidades para os indivíduos corajosos “moverem montanhas” nos centros estratégicos de desenvolvimento (1997, p. 36).

Na mesma direção, Siqueira observa que num primeiro momento a nova cidadania está diretamente relacionada aos novos movimentos sociais, representados por inúmeros agentes, e como tal é exercida em diversos níveis de espaços articulados reconstituindo gradualmente os espaços comunitários e abrindo novas dimensões para inserção dos indivíduos. Essa característica a torna mais global e mais participativa possibilitando aos indivíduos tomarem parte principal no seu processo de desenvolvimento. A nova cidadania abre a possibilidade de participação para grupos antes excluídos (homossexuais; negros; portadores de necessidades especiais entre outros) e habilita novos aspectos da vida social para se tornarem parte do processo político “reconfigurando as formas de ação e o campo da política”.

Os novos movimentos têm como ponto de partida as condições de vida reais da sociedade global, com suas diferenças e contradições, a maioria fundada na sociedade de consumo (HARVEY, 2005), objeto de estudo no capítulo anterior. Nesse contexto, a nova cidadania busca instituir novos direitos e solucionar os problemas específicos de forma autônoma, reflexiva e dialógica. A nova cidadania é um processo contínuo de emancipação.

Num segundo momento, mas não desvinculado do primeiro e, que marca a contribuição de Siqueira (2003) para o debate, sob uma ótica “hiper-pós-moderna” o conceito e o reconhecimento do exercício de uma nova cidadania está atrelado ao surgimento e propagação das novas tecnologias de comunicação e informação. Desse ponto de vista, ela é gerada pela interatividade – já que no espaço cibernético todas as autoridades podem ser questionadas –; pela garantia de expressão para todos e pela transcendência virtual dos aspectos territoriais e locais.

Nessa perspectiva observo que as novas tecnologias quebraram barreiras entre o cidadão comum e a esfera pública, derrubaram muros burocráticos e tornaram o exercício da cidadania muito mais horizontal e democrático. Siqueira (2003, p. 173) destaca o impacto político da internet,

que ao descentralizar os sistemas de comunicação fez do novo cidadão não somente um consumidor, mas igualmente um produtor de informação e controlador do seu meio de comunicação ao contrário das tecnologias “tradicionais”, que por natureza são excludentes no sentido de que poucos produzem a informação e a maioria consome passivamente.

Considero importante destacar que a partir dessa interatividade, a qual promoveu novas formas de comunicação, os meios de comunicação tradicionais também sofreram adaptações. O cidadão comum passou a exigir (e construir) um espaço maior dentro da mídia, basta analisar as seções de qualquer jornal diário para se perceber que grande parte das colunas e seções são elaboradas ou sugeridas pelo leitor. Um exemplo é o Jornal Diário de Santa Maria (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2006), onde o leitor ocupa a página 4, de Opinião (antes restrita a intelectuais e formadores de opinião); parte da página social (Do Leitor); a penúltima página (Dia-A-Dia), com reclamações de seu bairro ou de sua rua, divulgação de cursos, e a seção de cartas onde tece críticas ou elogios aos gestores públicos. Além de, na maioria das vezes, “pautar” as páginas principais quando denuncia ou divulga fatos de relevância social. Os editores e repórteres passaram de “produtores de notícias” para administradores ou “tradutores” da vontade popular.

Ainda sobre esse tema, a maioria dos veículos de comunicação tradicionais obrigou-se a manter um conselho do leitor, com representantes da comunidade que, periodicamente, avaliam e propõem modificações na condução editorial dos veículos. Essa ocupação de espaço fica bastante evidente no chamado Jornalismo Popular (AMARAL, 2006), voltado a pessoas da comunidade, onde os bastidores do cotidiano da população tornam-se notícia e o cidadão comum é retirado de uma zona normalmente sombria nos jornais de referência. Em sua tese, a professora (AMARAL, 2006) tomou como base o jornal Diário Gaúcho (publicação da Rede Brasil Sul) e, embora fique a dúvida quanto à qualificação do jornalismo com essa interferência, a autora reconhece a importância do espaço para legitimar a cidadania desse setor marginalizado da população, que não tem acesso a emprego, saúde, educação, lazer e busca vínculos familiares e sociais.

Na mesma direção, o surgimento e a disseminação da Internet possibilitou a quebra de barreiras temporais, espaciais e de identidade, o que vêm beneficiando o trabalho dos novos movimentos. A liberdade, assim conquistada, abre espaço para um agir totalmente reformulado e em constante mutação.

Para Baumann (1999, p. 22):

[...] A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos de seus portadores e objetos permitiu por sua vez a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim [...] à própria noção de viagem [...], tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática.

Há algum tempo os novos movimentos sociais já não representam uma novidade no cenário político internacional. No entanto, as idéias e propostas que defendem e as ações que promovem alcançaram enorme visibilidade e relevância nas últimas décadas, com essas novas tecnologias. Temas como a valorização e defesa dos direitos humanos e de cidadania e as novas percepções sobre a relação entre sociedade e meio ambiente ganharam um

enorme alcance, possibilitando a emergência de novos canais institucionais de negociação de demandas.

Dentro dessa nova realidade do mundo globalizado, os novos movimentos sociais tendem a perceber que as suas reivindicações podem se associar às demandas de outros movimentos, ainda que esses tenham surgido em localidades muito distantes. Assim, na medida em que um movimento social interage com outras organizações coletivas nasce uma nova solidariedade, expressa nas “redes de movimentos”. Essas redes oportunizam transformações mais abrangentes, que transcendem os limites locais, pois através da comunicação entre grupos organizados disseminam-se os temas e as estratégias de luta que envolvem a superação dos problemas pertinentes às questões da cidadania. Dessa forma, as ações coletivas tornam-se aptas a influir na elaboração de políticas gerais de melhoria do contexto social.

As redes de movimentos brasileiros, nas quais se inserem as ONGs (organizações não-governamentais) apresentam algumas características comuns, entre elas a busca de articulação social e cultural; o pluralismo organizacional e ideológico e a atuação nos campos cultural e político. Essas características traduzem uma concepção política inovadora se comparada às práticas tradicionais. Esses novos movimentos sociais entram nas arenas políticas nacionais e internacionais falando a linguagem do localismo e do regionalismo. Eles não recorrem à solidariedade da classe tradicional, mas se dirigem ao poder como antagonista.

A nova cidadania, praticada pelos novos movimentos sociais, não tem como objetivo precípua a transformação geral do sistema, mas sim a distribuição do poder de forma a implementar transformações em nível micro-social (micropolíticas). Os indivíduos partem da busca de solução para os problemas da vida cotidiana, colocando em pauta diversas problemáticas, como o desequilíbrio ecológico, a poluição, a falta de habitação e saneamento básico preconceito racial e de orientação sexual, entre outras. É nesse contexto que os cidadãos, através dos movimentos articulados, ou individualmente, recorrem às novas tecnologias de comunicação para tornar visível a sua problemática e tentar sensibilizar outros grupos sociais e os poderes constituídos.

É importante observar que alguns movimentos mantêm uma íntima ligação com entidades partidárias e sindicais, e dali tiram a sua orientação ideológica. No entanto, a ligação entre esses movimentos e os partidos políticos pode comprometer a integração na forma de rede de movimentos, visto que essas tendências, muitas vezes, se sobrepõem às questões de defesa da cidadania e à necessidade de estabelecer uma relação horizontal entre os atores sociais, pré-requisito para a construção de uma sociedade democrática.

Percebo que, muitas vezes, é necessária a articulação desses movimentos com as entidades partidárias, para que as suas reivindicações e projetos encontrem representação e transcendam as transformações locais. No entanto, a questão da autonomia dos movimentos tem de ser considerada prioritária, pois parte do processo potencializador da nova cidadania. A grande contribuição dos novos movimentos sociais consiste na criação de formas de luta e de defesa da cidadania, baseadas na participação sem os limites impostos pela hierarquia, na distribuição do direito de decisão, ou seja, na perspectiva de romper com as práticas autoritárias ainda vigentes na estrutura da maior parte das organizações partidárias.

Uma vez que a nova cidadania está atrelada às novas tecnologias, pois é no “ciberespaçotempo” que ela se articula e se torna pública, para que essas questões e o exercício da nova cidadania não continuem sendo privilégio de uma minoria, o grande desafio do atual momento da globalização é a conquista da inclusão digital¹⁵. Nova cidadania e inclusão digital, em minha opinião, precisam andar juntas, pois são interdependentes. A qualificação profissional, e, conseqüentemente, o acesso ao mercado de trabalho, também dependem da inclusão digital. Em última análise, a inclusão digital tem de fazer parte de todas as agendas dos movimentos sociais à política tradicional, uma vez que promove a autonomia do cidadão e torna-o apto a atuar em todos os setores da sociedade.

¹⁵ "Inclusão Digital" é a denominação dada, genericamente, aos esforços de fazer com as populações das sociedades contemporâneas - cujas estruturas e funcionamento estão sendo significativamente alteradas pelas tecnologias de informação e de comunicação - possam: obter os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de tecnologia de informação e de comunicação existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos. A inclusão digital está inserida no contexto dos sistemas operacionais e aplicativos distribuídos como software livre.

Dentre as contradições da globalização, objeto de estudo no capítulo anterior, a maior delas diz respeito à mudança de paradigmas sociais, políticos, culturais e individuais, principalmente no que se refere à forma de interferir e resolver os problemas, advindos dessa nova ordem mundial. A sensação de que nada mais está no seu contexto habitual é uma realidade. Todas as questões foram recolocadas em um tempo/espaço marcado pela alta velocidade; pela obsolescência; pela volatilidade; pelas incertezas; pela flexibilidade, mas também por imensas possibilidades de se criar algo novo.

O importante é perceber que há várias possibilidades de intervenção nesse processo, abertos aos trabalhadores e à sociedade em geral. Porém, no meio de tantas incertezas, há um consenso: essas possibilidades não estão mais colocadas sob a tutela do Estado-nação forte, poderoso e patriarcal, que como um ente político, também enfraqueceu e dividiu o poder com novos atores sociais, que tanto pode ser o capital internacional, compreendido pelas transnacionais; quanto pelas micropolíticas em geral.

Passado o desconforto inicial, provocado pelo deslocamento do centro de poder e pelos efeitos dos novos processos e estruturas sobre os cidadãos, e sobre a sociedade em geral, começa a despontar a certeza de que quanto maior a mobilização dos vários segmentos sociais, maiores serão as possibilidades de modificar situações adversas. Destaco o desenvolvimento tecnológico, maior impulsionador do momento atual da globalização, com grande potencial de gerar benefício ao conjunto da sociedade, proporcionando melhoria na qualidade de vida.

No entanto, acredito que muitas barreiras ainda têm que ser vencidas, a principal é a exclusão social, para atingir o ideal em que o homem da sociedade global, apoderando-se de ferramentas sempre mais sofisticadas à sua disposição, possa se livrar da escravidão do cansaço e reconquistar momentos de lazer e maior qualidade de vida. Essa possibilidade, entretanto, na fase atual da globalização, ainda parece ser bastante utópica, principalmente se levarmos em conta as contradições e exclusões do sistema-que não se limitam mais apenas aos países menos desenvolvidos.

A moeda oficial ainda é a capacidade de consumo, deixando margem a se pensar que o consumo é o próprio sentido da vida. Entretanto, o acesso a

serviços e conforto, bem como a capacidade de se mover no tempo/espaço é ofertada amplamente, mas obstaculizada pelo abismo entre as classes que precisam de novos métodos e novas formas de lutas, que garantam não só o consumo, mas, principalmente a inclusão social dos mais diferentes segmentos.

Quero salientar aqui que essa nova sociedade global universal abre novas e criativas possibilidades tanto para os indivíduos quanto para grupos, etnias, minorias, classes, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública, sociedades nacionais. Porém, quando confrontamos essas perspectivas com as contradições no seio da sociedade global, percebemos que essa transformação de horizontes não é nem tranqüila nem imediata. As dificuldades caminham junto à gênese de um novo homem que se universaliza, que aspira a uma vida melhor, que procura a sua felicidade pessoal e que afirma os valores da nova civilização. Como acentuam Beck, Giddens e Lash (1997), “É uma sociedade em que os elos sociais têm efetivamente de ser feitos, e não herdados do passado”.

CONCLUSÃO

A globalização é um processo inexorável. Não nasceu do dia para a noite, foi sendo construída pelas redes do capitalismo e, impulsionada pela tecnociência, venceu barreiras temporais, espaciais, econômicas e culturais, e tomou proporções inimagináveis. O retorno às etapas anteriores é quase impossível e, mesmo que houvesse essa hipótese, o homem que habita o mundo atual, não é mais o mesmo, pensa de outra maneira e tem outras necessidades, portanto, nada será como antes. Essa é uma realidade que tem de ser enfrentada de forma clara e corajosa.

É importante perceber que dentro desse processo que interliga comunidades, Estados e continentes, oferecendo oportunidades e facilidades, dignas de filmes de ficção, há questões contraditórias que precisam ser resolvidas. Entre elas encontram-se a má distribuição de renda, o desemprego e, como consequência, a exclusão social.

Esses aspectos contraditórios do processo ganharam fôlego com a disseminação das tecnologias informacionais. Dimensões consolidadas da vida humana, como o tempo e o espaço, que já vinham se modificando com o advento das comunicações, foram “desconstruídos” a partir do uso da internet. O chamado tempo real aproximou culturas, pessoas e mercados, mas não conseguiu beneficiar a todos ao mesmo tempo. Criou abismos e guetos e não teve a capacidade de reaproximá-los.

No decorrer deste trabalho abordei essas transformações, tendo como parâmetro norteador o impacto da alta velocidade causada pelo novo tempo/espaço cibernético. Com base nisto, reafirmo as questões da

efemeridade, da fragmentação, da obsolescência e do consumismo, como geradoras de incerteza e de uma busca constante do homem contemporâneo, pela assimilação de novos sentidos.

O homem da sociedade globalizada é um homem com medo; medo do futuro, medo do seu semelhante, que, se por um lado compartilha as mesmas informações, através de uma comunicação cada vez mais democrática, dependendo da classe social, não comunga espaços de convivência e nem estilo de vida. Por outro lado, há o medo dos riscos não calculados, das catástrofes ambientais e do desconhecido. Sendo assim, destaco que as ações cotidianas, no processo de globalização, refletem no mundo todo.

Ressalto nesse processo, as transformações do Estado-nação, cuja importância está sendo substituída, em parte, pelos organismos transnacionais. O mercado financeiro, por sua vez, foi o maior beneficiado pela volatilidade do capital e a possibilidade de grandes negociações à distância. Nesse sentido, ganhou força e poder o capital internacional infiltrado nas economias do mundo todo.

Considero fundamental salientar que, nesse contexto, se funda a era do consumo e a cultura do efêmero em todos os seus aspectos: produtos, serviços, idéias, valores, culturas. Todos esses pontos sofrem grande influência do incentivo ao consumo, que se efetiva com técnicas de comunicação e marketing, cada vez mais eficientes. Dentro desse contexto, ratifico o papel da comunicação, onde, em detrimento da informação mais aprofundada, ganha espaço a mensagem curta, ilustrativa e em grande quantidade, não deixando espaço para a reflexão.

Ainda no que se refere ao consumo de idéias e valores, analisei a estratificação social que se dá por meio da imposição de valores e estilo de vida. A classe alta, com condições e acesso às facilidades do mundo moderno, cria um padrão invejado, o da mobilidade. Estar em movimento, no trabalho, em viagens de turismo, ou à frente de poderosos computadores, seja por lazer ou a trabalho, é o estilo que todos querem, mas só alguns conseguem. A grande questão que surge é como ficar parado em um mundo que se movimenta em alta velocidade? A resposta não é simples, e aí surgem as desigualdades, a carência de sentido e a violência.

Observo que esses problemas nascem da falta de sentido da existência localizada, e da impossibilidade de alcançar os parâmetros da classe privilegiada. Indivíduos marginalizados se voltam para a contestação e o confronto por meios, muitas vezes, violentos.

Sem dúvida, a violência urbana é um dos lados mais sombrios da segregação entre pobres e ricos, entre dois estilos de vida: o desejado por todos e aquele marginal, que cria seus próprios códigos, modas e comportamento, e vive a ameaçar os donos do poder. Não só os muros separam os ricos e pobres, mas há uma total ruptura de comunicação entre as classes e esse é o maior problema. Como analisei, os próprios espaços públicos de convivência não são os mesmos, não promovem mais o encontro informal de troca de idéias. São espaços planejados e assépticos, onde, na maioria das vezes, o objetivo principal é consumir.

Percebi que a maioria dos autores estudados não fornece perspectivas alentadoras para essas problemáticas. As grandes cidades, com seus condomínios fechados por muros e os *shopping centers*, são redutos onde essa dura realidade fica estampada. O que sobra para os segregados desse quadro é trabalhar em favor dos privilegiados, em atividades subalternas e sem nenhuma segurança ou estabilidade.

Entretanto, como mostrei no decorrer da análise, os “ricos” também não conseguem fugir totalmente das angústias e problemas, gerados pela aceleração do capitalismo. As incertezas atingem, de modo semelhante, os privilegiados e, a insegurança, não raro, extravasa as muralhas dos condomínios. Penso que é esse exatamente o ponto em que ricos e pobres, excluídos e incluídos, terão seu ponto de convergência, no sentido de procurar saídas, pois para ambos a solução dos problemas está longe dos poderes, tradicionalmente constituídos.

Acredito que a desigualdade social está intrinsecamente relacionada com um novo problema afluído com as técnicas informacionais, que é a exclusão digital. A essa questão relaciono o desemprego, oriundo das novas tecnologias, em geral pela falta de qualificação, a diminuição da carga de trabalho e o aumento do mercado informal. A restrição do acesso das classes

baixas às novas tecnologias de informação e comunicação ainda é uma realidade.

Entretanto, já existem alguns caminhos para amenizar essas diferenças, mas ainda em processo muito lento e que necessitam do apoio governamental, esse é o caso da internet comunitária e da adoção do software livre. Esses instrumentos, muito mais que possibilidades de lazer, teriam um impacto socializador para essas comunidades, uma vez que representariam, além de uma forma de capacitação profissional, um facilitador para o exercício de cidadania. Acima de tudo, penso que se constitui em um importante caminho para a emancipação dos indivíduos.

A proposta deste trabalho, evidenciada no decorrer da análise, teve como princípio norteador a categoria da contradição. Pareceu-me enriquecedor sair da análise simplista, baseada apenas na problemática resultante do desenvolvimento da globalização, e partir para o estudo das possibilidades que se apresentam no mesmo processo. Considero que não passei por cima dos problemas e entraves gerados pela globalização, mas procurei ver um pouco além, dentro de uma visão crítica e realista.

Foi até certo ponto surpreendente, verificar que, após deixar cair a máscara do preconceito e das idéias pré-concebidas, puderam aflorar novos caminhos dentro desse universo de problemas, gerados pela globalização. Com base nesse enfoque, detive-me na análise da nova cidadania, como uma forma de participação e de resolução de problemas que partem da iniciativa de cada indivíduo e grupo social.

Acredito que a nova cidadania é produto e consequência da realidade social da etapa atual da globalização. Ela nasce do esgotamento dos mecanismos tradicionais e faz emergir um novo homem: reflexivo, questionador, que busca justificativas em tudo o que faz. Nesse modelo, não há propriamente um rompimento com o passado, mas uma adaptação ou uma reinvenção de modos de vida, de luta e relações pessoais. Além de refletir sobre os problemas, o novo cidadão se confronta com eles, através do diálogo entre os mais diversos grupos e microgrupos, bem como através da solidariedade social e do compromisso com o outro.

Sob essa ótica, saliento a íntima relação que existe entre reflexividade e autonomia: autonomia de ser e agir. O novo cidadão deve saber lidar com a nova categoria de riscos, aqueles não calculados, frutos do estilo de vida atual, que geram violência, degradação ambiental, exclusão social entre outros. Mudar e agir é, antes de mais nada, questão de sobrevivência, de preservação da vida. Afirmo que a nova cidadania, que aproxima grupos em busca de solução para as suas demandas, através dos movimentos sociais, nasce exatamente dos conflitos de estilo de vida, de valores e de condições sociais.

Portanto, concluo que o enfrentamento de questões comuns, típicas da nova ordem global, e que afetam ricos e pobres, é o grande impulsionador do exercício da cidadania. Penso que isso se dará pela urgência do diálogo e necessidade de entendimento entre as camadas sociais. Essa aproximação, mesmo que forçada, pode ser causa e conseqüência, de mais solidariedade social, mais diálogo, mais reflexão e mais autonomia, é o exercício da chamada “democracia dialógica”.

Também afirmo que a nova cidadania não é uma fórmula pronta, terá de ser construída, e ao mesmo tempo se constitui, com a evolução da sociedade e a emancipação dos indivíduos. Se, em um primeiro momento, ela nasce da iminência de grandes problemas, e até mesmo de catástrofes, como ela é fruto das contradições da globalização, torna-se instrumento para a internalização de valores universais. Esses, por sua vez, tornam-se possibilidades de preservação da vida, que servirão não só para esse momento, mas para as gerações futuras. E o que é mais importante, deixam a categoria do dever e passam para o campo da responsabilidade social.

Diante da análise, concordo com a idéia de que a nova cidadania está fora dos moldes da política tradicional. Relaciona-se à política de vida, voltada para as questões do cotidiano, cuja solução não se encontra nas mãos dos representantes dos partidos políticos ou do Estado-nação. São situações que exigem a participação dos novos atores sociais e de uma forma mais democrática, onde o indivíduo é o centro do poder.

Saliento que a nova cidadania não vem para esvaziar a política tradicional, ao contrário, ela nasce da incapacidade dos partidos políticos em

lidar com os problemas advindos da nova ordem global. Basta analisar os programas partidários e a própria atuação dos seus representantes, para confirmar essa hipótese, a maioria trata de questões distantes da realidade em que vivemos. É desse vazio, ou aparente fracasso, que nascem as ações cidadãs, inclusive permitindo a participação de grupos antes excluídos, como os homossexuais, negros, portadores de necessidades especiais entre outros.

Reafirmo que, no decorrer da análise, procurei evidenciar a importância do acesso à tecnologia informacional, pois é através da interatividade que esse instrumento proporciona, que os movimentos sociais ganham força e um caráter mais democrático, já que no espaço cibernético todas as autoridades podem ser questionadas e o exercício da cidadania torna-se mais horizontal.

Acho oportuno salientar que não só a internet, mas a maioria dos veículos de comunicação, está abrindo espaços aos cidadãos que deles podem e devem fazer uso para o sucesso de suas demandas. Enfatizo que o grande desafio que os movimentos têm pela frente é a inclusão digital e, nesse caso, a decisão deve passar também pelas esferas públicas tradicionais.

Baseada nesses aspectos, aqui evidenciados, e que foram analisados no decorrer do meu trabalho, finalizo respondendo que as contradições do processo atual da globalização, tanto têm potencial para impulsionar quanto para obstaculizar a construção e o exercício da cidadania. Esse é um processo que coloca novos paradigmas aos indivíduos e à sociedade em geral, e o ponto principal consiste na apropriação, por parte dos indivíduos, desses novos parâmetros e, a partir disso, a procura de novas formas, novos caminhos de atuação social, construídos sobre a reflexividade social, da autonomia e do diálogo.

Reafirmo que esse é um universo contraditório, o qual de um lado obstaculiza a construção e o exercício da cidadania, e de outro, apresenta condições que abrem possibilidades para a construção e o exercício de uma nova cidadania.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

BAUMANN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 1.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FAGUNDES, Jéferson Mandracio. **O papel do Estado na globalização**. Santa Maria, RS: UFSM, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/jeferson.html>>. Acesso em: out. 2006.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. **Teoria da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Políticas Sociais, 2003.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. **Pós-modernidade, política e educação**: a condição pós-moderna e suas implicações na construção de uma educação pós-moderna crítica. 2003. 256f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2003.

Jornais

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Geral**. 04 out. 2006. p. 13.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Opinião**. 30 out. 2006. p. 4.

FOLHA DE SÃO PAULO. Mais de 120 milhões não utilizam Internet. Folha Online. **Dinheiro**. São Paulo, 16 set. 2006.

ZERO HORA. 06 dez. 2006. p. 4 e 5.

BIBLIOGRAFIA

BAUMANN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RONSINI, Veneza Mayora (org.). **Sociedade, mídia e cultura**. Santa Maria, RS: CAPES, 1996.

SILVA, Juremir Machado da. **O pensamento do fim de século**. Porto Alegre: L&PM, 1996.